ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

ATA Nº 039

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Bom-dia, senhoras e senhores; autoridades aqui presentes.

Declaro aberta esta Audiência Pública requerida pelo Deputado Carlos Brito para discutir a Política Estadual de Assistência Social e da Implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Na mesma oportunidade deverá ser constituída a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social em Mato Grosso.

Os Deputados já estão compondo a mesa, mas, mesmo assim, quero registrar, primeiramente, a presença do Deputado Carlos Brito, autor do Requerimento e idealizador da formação da Frente Parlamentar de Assistência Social; e também do 2º Secretário desta Casa de Leis, Deputado Dilceu Dal Bosco; do Deputado Airton Português e do Deputado Nataniel de Jesus.

Convido também para compor a mesa o Deputado Estadual Alexandre Cesar; o Secretário-Adjunto de Assistência Social da SETECS, Sr. José Rodrigues Rocha Júnior; representando todos os Secretários Municipais de Assistente Social e Desenvolvimento Humano, a Srª Celcita Pinheiro; a Presidente do Conselho Estadual de Assistente Social, Srª Lenil da Costa Figueiredo; e também o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Benildes Aureliano Firmo.

Composta a mesa, convido a todos para em pé cantarmos o Hino Nacional.
(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Sr. Presidente, registro e agradeço as presenças do Sr. Ricardo Augusto Moreira da Silva, Superintendente da Assistência Social da SETECS; da Srª Lindanete Borges Mendonça, Vereadora de Paranatinga; do Sr. Bonafé, Vereador de Nova Mutum; da Srª Lindineide Belém de Freitas, Secretária Municipal de Assistência Social de Paranatinga; da Srª Maria Delimar Batista, Secretária Municipal de Assistência Social de Araputanga; da Srª Francisca Alves de Almeida, Secretária Municipal de Assistência Social de Barão de Melgaço; da Srª Marivone Pasquetti, Secretária Municipal de Assistência Social de Primavera do Leste; da Srª Lindinalva Matias, Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Olímpia; da Srª Elisângela Dias, Secretária Municipal de Assistência Social de Jangada; da Srª Rosimar Batista Ferreira, Secretária Municipal de Assistência Social Alto Araguaia; da Srª Ana Maria Fernandes, Secretária Municipal de Assistência Social de Comodoro; da Srª Carla Alves de Freitas Lautenschlager, Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Mutum; do Sr. Arielson da Guia e Cruz, Secretário Municipal de Assistência Social de Tangará da Serra; da Srª Maria Isabel

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Pereira de Arruda, Secretária Municipal de Assistência Social de Poconé; da Sr^a Cintia Pereira Carneiro, Secretária Municipal de Assistência Social de Poxoréu; do Sr. Wilton Coelho Pereira, Secretário de Promoção e Assistência Social de Várzea Grande; da Sr^a Mara Beatriz Freitas, Secretária Municipal de Promoção Social de Pedra Preta; da Sr^a Cláudia de Oliveira, Secretária de Desenvolvimento Social de Porto Esperidião; da Sr^a Marli Dias de Oliveira Souza, Secretária Municipal de Assistência Social de Castanheira; da Sr^a Valéria Rodrigues Zanela, Secretária Municipal de Assistência Social de Confresa; da Sr^a Vera Lúcia Lorca, Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Santa Helena; do Sr. Wilton Coelho Pereira, Secretário Municipal de Promoção e Assistência Social de Várzea Grande; da Sr^a Josefa de Araújo, Secretária Municipal de Ação Social e Promoção Humana de São José dos Quatro Marcos; da Sr^a Célia Barranco, Secretária Municipal de Assistência Social de Brasnorte; da Sr^a Neuza de Almeida Mourão Santos, Secretária Municipal de Assistência Social de Água Boa; da Sr^a Natalina Aparecida Silva Souza, Secretária Municipal de Assistência Social de Indiavaí; do Sr. Edinaldo Celestino Barbosa, Secretário Municipal de Ação Social de Nova Xavantina; da Sr^a Sueli Cardoso, Secretária Municipal de Ação Social de Tabaporã; da Sr^a Ana dos Anjos, Secretária Municipal de Nortelândia; da Sr^a Cheysa Maria Bonfim, Secretária Municipal de Assistência Social de Glória d'Oeste; da Sr^a Maurina G. Cruz, Secretária Municipal de Conquista d'Oeste; da Sr^a Maria Sidinir Bif Stechert, Secretária de Lucas do Rio Verde; da Sr^a Severina Nazário da Rocha, Secretária do Município de Nova Nazaré; da Sr^a Bendix Benedita Maria, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Cuiabá; da Sr^a Sílvia Sena de Assis, Assistente Social, neste ato representando a Diretora-Geral do Centro de Reabilitação, Sr^a Lúcia Provenzano; da Sr^a Rosângela Block Banazeski, Gestora Governamental de Colíder; do Sr. Arcleide Dias Pereira, Presidente da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso; da Sr^a Sandra Liporoni, Assistente Social do Centro Socioeducativo/SEJUSP; da Sr^a Bartira Souza, Gerente do CRAS/Pedra 90; da Sr^a Vilma Paula Barros de Assis, Gerente da Casa Retaguarda Paulo Prado; do Sr. Ismael José Brito, Gerente da LBV de Cuiabá; da Sr^a Joana Lúcia Moura Torres, Gestora do Município de Denise; da Sr^a Naillur Carvalho, Conselheira do CREAS/MT; da Sr^a Fabiana Menegazzo de Barros, Coordenadora do CREAS de Cuiabá; da Sr^a Silbene dos Santos, Gerente do CRAS do Bairro Planalto; da Sr^a Daniele Camarão, Centro Socioeducativo de Cuiabá; do Sr. Arlindo de Arruda e Silva Filho, Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia, XIV Região; da Sr^a Vera Lúcia de Lima e Silva, Gestora da Secretária de Ação Social de Figueirópolis d'Oeste; da Sr^a Nilza Socorro, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência de Cocalinho; da Sr^a Terezinha Mendes Teixeira, Assessora da Secretária Municipal de Assistência Social de Alto Garças; da Sr^a Marina Aparecida, assessora da Secretaria Municipal de Rio Branco; da Sr^a Stefania Maria Pires, Coordenadora da Secretaria Municipal de Ação Social de Canarana; da Sr^a Leila Francisca de Souza, membro do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente; da Sr^a Maria Auxiliadora de Oliveira, Coordenadora da Casa de Amparo à Mulher Vítima de Violência Doméstica; da Sr^a Daianny Tingo, Coordenadora de Obras Sociais Irmão Praceiro; da Sr^a Maria Lúcia Priotto Masson, Gestora de Chapada dos Guimarães; do Pastor Jaime José da Cruz, da Igreja Casa Bênção de Cuiabá; do Sr. Luiz Gonzaga Nascimento, Presidente de Obras Sociais Amália Franco; do Sr. Maurílio Alves, Coordenador do Projeto Ciranda e da Sr^a Tiara Maria de Moura, Assistente Social do CRAS/Jardim União/Cuiabá.

Agradecemos as presenças dos servidores da MT Fomento; a presença dos funcionários da SETECS, dos pais e alunos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Agradecemos a presença das assistentes sociais dos Municípios de Denise, Cuiabá, Diamantino, Nova Maringá, Rondonópolis, Pontal do Araguaia, Juara, Tangará da Serra, Santa Rita do Trivelato, Porto Esperidião, Nova Brasilândia, Água Boa, Indiavaí, Alto Araguaia, Lambari d'Oeste, Jangada, Chapada dos Guimarães, Nova Olímpia, Barão de Melgaço, Araputanga e Alto Garças.

Feito o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Todas as autoridades foram aqui nominadas.

Quero também agradecer e convidar para fazer parte da mesa a Primeira-Dama de Santa Carmem e Presidente da Associação das Primeiras-Damas de Mato Grosso, Sr^a Alessandra Nicoli.

Quero registrar a presença da Deputada Prof^a Vilma, que acabou de chegar, e do Deputado Wagner Ramos, que também acabou de chegar.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Brito para fazer o seu pronunciamento, de parabenizá-lo por levantar o debate de um assunto tão relevante.

Costumo dizer o seguinte: de repente nos concentramos tanto nas obras físicas, tem governante que se realiza tanto com as obras físicas, que nos esquecemos um pouco do lado social. Às vezes, o Estado tem carência de política social.

Veio em boa hora a sugestão do Deputado Carlos Brito de formar aqui a Frente Parlamentar de Defesa da Assistente Social para formatar políticas públicas para esse setor que pode, sem dúvida nenhuma, Deputado Carlos Brito, melhorar e muito a qualidade da vida das pessoas que estão na ponta.

Somos testemunhas que o Governo Blairo Maggi investiu em programas importantes. Por exemplo, no programa habitacional.

Para mim não tem nenhum programa de alcance social como desse no Estado, em que pese termos um déficit habitacional extremamente grande. Se não me engano, serão próximas a 70.000 mil casas construídas e entregues.

O Governo Lula também avançou muito.

Fui um crítico ardoroso do Presidente Lula e tenho que reconhecer os avanços na política social, desde o Programa “Bolsa Família” e outros programas criados pelo Presidente. O Programa “Luz para Todos” é um programa de grande alcance social e uma infinidade de outros programas, que se formos citar ficaremos aqui durante muito tempo.

Mas eu queira, na verdade, era enaltecer a ação do Deputado Carlos Brito que propôs a criação da Frente Parlamentar e que propôs debater com quem realmente faz a política social na ponta, que são os Secretários Municipais de Ação Social e as Primeiras-Damas.

Quero, inclusive, fazer uma defesa, que quando se discutia aqui o fim do nepotismo, nós apresentamos uma emenda de que Primeira-Dama exercendo a função na área social tem que ser permitido, porque não dá para o Prefeito, para o Governador, para quem quer que seja, fazer um trabalho nessa área sem a participação da esposa. Muitas vezes o trabalho é tão eficiente que essa esposa acaba no futuro virando prefeita.

Então, nós temos tantas Primeiras-Damas que influenciam diretamente na política social do município, que não tem como não defendermos essa tese que, inclusive, foi defendida pela Dona Terezinha, a nossa Primeira-Dama, que esteve na Assembleia Legislativa muitas vezes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Quero aqui, então, fazer esse registro e pedir desculpas ao Deputado Carlos Brito, porque terei que me retirar. Concomitante a este evento, temos outro de abertura do Campeonato Panamericano de Karatê, que será às 10:00 horas, na Presidência, e já começaram a chegar as pessoas, com a presença do Secretário de Esporte.

Mas eu queria deixar essas palavras de agradecimento a todos vocês que fazem a política social em nosso Estado e dizer que essa Frente Parlamentar tem que funcionar. E o Deputado Carlos Brito, com certeza, abrirá um debate muito importante na nossa sociedade a respeito desse tema que julgo da maior importância.

Então, eu queria antes de sair, Deputado Carlos Brito, deixar assinada a Ficha de Adesão à Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, proposta por Vossa Excelência. Deixarei assinado nas mãos de Vossa Excelência. E gostaria muito de fazer parte dessa discussão. Agradeço pelo convite.

Gostaria de não só passar a palavra ao Deputado Carlos Brito, que é autor do Requerimento, como também solicitar que ele assuma a direção dos trabalhos.

Portanto, com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito para proceder ao seu pronunciamento.

(O SR. DEPUTADO CARLOS BRITO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:32 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Bom-dia a todos, em especial a todas pela maioria quase absoluta.

Gostaria de dizer da nossa satisfação de terem atendido a um convite que não foi do Deputado Carlos Brito, mas da Assembleia Legislativa e também da SETECS.

Agradeço ao Exm^o Sr. Secretário José Rodrigues; a Exm^a Sr^a Secretária Terezinha Maggi; a ex-Deputada Federal e atual Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá, Celcita Pinheiro, pessoas que estimularam no sentido de dar forma a esse pleito já de algum tempo para que a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pudesse ter constituída a sua Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social.

Nós sabemos que o Sistema Único da Assistência Social precisa ser fortalecido; nós precisamos compreender que existem demandas locais no empoderamento dos municípios cada vez mais, com a transferência também de responsabilidades que muitas das vezes os recursos não acompanham; os Estados fazendo gestão de recursos próprios em alguns casos, ou do Governo Federal, que devem chegar aos municípios numa distribuição equitativa e cada vez mais fiscalizada pela comunidade, pelo conjunto de instituições e leis que o Brasil vem adotando a cada tempo.

Nós sabemos que existem demandas que não dependem de nós em nível de Estado, como a constitucionalização dos recursos da Assistência Social no País, a exemplo do que acontece com a educação e a saúde, que nos orçamentos já têm um percentual predefinido, e obrigatoriamente os Governos Federal, Estadual e Municipal são obrigados a investirem nessas políticas; mas principalmente o reconhecimento da Assistência Social como política pública em toda amplitude do tempo, desde as questões do planejamento estratégico a médio e longo prazo; desde a dotação orçamentária e da execução desses orçamentos de maneira efetiva, com destinação de recursos para ações de continuidade; e principalmente o enfrentamento histórico entre a assistência e assistencialismo, o que caracteriza um e outro sem anular, é obvio, a emergencialidade, aquilo que se precisa de pronto ser feito mesmo como assistencialismo, mas que não seja essa a política, mas seja essa a exceção.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Então, nós temos que compreender que o estabelecimento de política pública é também cultural; também não se faz isso apenas por leis e decretos. Então, se não houver o querer político, a vontade política, de que as coisas sejam desta forma, simplesmente, elas não acontecem, ou se acontece é a contas-gotas e as coisas não chegam como devem.

Gostaria de registrar a presença da MT-Fomento.

A partir da MT-Fomento, gostaria de registrar que são “n” formas de estarmos atuando na Assistência Social. O profissional em si precisa ser reconhecido, precisa ter o seu espaço profissional dentro das instituições afins. Nós precisamos ter desde os concursos públicos, os cargos destinados, e esse profissional ser compreendido como indispensável dentro daquilo que se queira entender como política pública.

Assim como o médico tem que praticar o seu ofício dentro do sistema de saúde, é óbvio que um sistema de Assistência Social sem Assistente Social fica impossibilitado. Então, são várias as vertentes.

Gostaria de pedir aos colegas Parlamentares, a exemplo do Deputado Riva, que procedessem à adesão.

Deputado Alexandre Cesar, Deputado Airton Português, Deputada Profª Vilma, Deputado Wagner Ramos, peço a assinatura de Vossas Excelências.

Deputado Alexandre Cesar...

(O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CESAR PROCEDE À ASSINATURA DA FICHA DE ADESÃO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Deputado Alexandre Cesar.

Deputado Nataniel de Jesus...

(O SR. DEPUTADO NATANIEL DE JESUS PROCEDE À ASSINATURA DA FICHA DE ADESÃO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Deputada Profª Vilma...

(A SRª DEPUTADA PROFª VILMA PROCEDE À ASSINATURA DA FICHA DE ADESÃO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Deputada Profª Vilma.

O Deputado Dilceu Dal Bosco já encaminhou, assim como o Deputado Ademir Brunetto, que não está presente, também já encaminhou a ficha de adesão.

Deputado Airton Português...

(O SR. DEPUTADO AIRTON PORTUGUÊS PROCEDE À ASSINATURA DA FICHA DE ADESÃO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Deputado Airton Português.

Deputado Wagner Ramos...

(O SR. DEPUTADO WAGNER RAMOS PROCEDE À ASSINATURA DA FICHA DE ADESÃO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Deputado Wagner Ramos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

Na realidade, distribuimos as fichas de adesões e os Parlamentares nos entregarão no decorrer da semana.

O importante é que esta Audiência Pública reúne um número expressivo de Parlamentares; esta Casa tem várias Comissões Permanentes, que fora dos horários de Sessão plenária, assim como o Deputado Alexandre Cesar e o Deputado Dilceu Dal Bosco estiverem aqui, mas tiveram que sair, porque existem outros grupos reunidos... Está aqui o Deputado Dilceu Dal Bosco. Desculpe! Vamos bater palmas para ele também (PALMAS).

Então, pode ser que durante a tratativa alguns se ausentem. Com certeza, isso acontecerá, porque os outros grupos estão os aguardando para a sua tarefa.

Mas eu gostaria de não me delongar.

Alguns dos Srs. Parlamentares gostariam de fazer uso da palavra?

Com a palavra, o Deputado Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Em seu nome, Deputado Carlos Brito, gostaria de saudar todos os Deputados aqui presentes; em nome da Secretária Celcita Pinheiro saúdo todas as Secretárias presentes neste ato; e em nome do Secretário José Rodrigues quero saudar todos aqueles que têm, direta ou indiretamente, uma atuação nessa esfera indispensável para o bem-estar da vida em sociedade.

Quero parabenizar o Deputado Carlos Brito pela iniciativa, pela sensibilidade de encaminhar a propositura dessa Frente Parlamentar e tenho certeza que já começa a trabalhar hoje de forma muito efetiva com a participação de todos vocês, de todos vocês, que poderá trazer para a Assembleia Legislativa, cada vez mais, sensibilidade na atuação e na esfera da Assistência Social.

Já fizemos outras discussões aqui sobre esse tema, ainda nesta legislatura demos início à discussão da atualização do Sistema Único de Assistência Social, processo que correu no Estado de Mato Grosso numa ampla mobilização, capitaneada pela SETECS e pelas secretarias municipais e eu tenho certeza que aquela contribuição, assim como esta, muito contribuirá para o desenvolvimento da Assistência Social em nosso Estado.

O Presidente Riva lembrava aqui ações concretas que têm mudado a vida do nosso povo. O Governo do Estado e o Governo Federal têm realizado ações que enfrentam o problema da desigualdade em nosso país, muitas vezes de forma incompreendida, alvo de muitas críticas, mas que evidenciam resultados concretos que ninguém pode discutir. Milhões de famílias deixam a chamada linha de pobreza para poder constituir hoje uma nova classe social, em termos não marxistas obviamente, no nosso país. Uma nova classe média se constitui daqueles que conseguem, a partir do exercício da cidadania, na ação concreta de políticas públicas, deixar a exclusão para poder integrar não só o mercado de consumo, não só integrar essa categoria de consumo, mas poder exercer direitos anteriormente sonegados para uma parcela muito significativa da nossa sociedade.

Então, poder viver esse momento, poder contribuir com esse momento de fazer valer aqueles princípios que orientam a formação do próprio país, que estão presentes logo no início da nossa Constituição, é para nós motivo de imensa satisfação e, ao mesmo tempo, de imensa responsabilidade.

Por isso mesmo, mais uma vez, quero dar os parabéns a todos vocês que atuam direta ou indiretamente na atividade da Assistência Social!

Parabéns à SETECS! Parabéns às Secretarias Municipais! E, é claro, parabéns à Assembleia Legislativa por essa iniciativa de autoria do Deputado Carlos Brito!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Bom trabalho a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Deputado Alexandre Cesar. Com a palavra o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Bom-dia a todos e todas.

Cumprimento o Deputado Carlos Brito e em seu nome cumprimento os demais Pares, os demais Deputados que compõem esta Mesa de Honra.

Em nome da Secretária de Assistência Social e Desenvolvimento Humano da nossa Capital, ex-Deputada Celcita Pinheiro, cumprimento as demais Secretárias.

Em nome da Presidente da Associação de Primeiras-damas do Estado de Mato Grosso, a Primeira-dama do município de Santa Carmem, Alessandra Nicoli, cumprimento as demais autoridades, as demais pessoas que compõem esta Audiência Pública.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Deputado Carlos Brito pela iniciativa da realização desta Audiência Pública e de forma muito especial pela criação da Frente Parlamentar de Assistência Social.

Eu acredito que a partir de hoje todos vocês que há algum tempo, alguns anos, trabalham no dia-a-dia na Assistência Social do Estado de Mato Grosso ganham um novo instrumento, um novo apoio por meio da Assembleia Legislativa, que é exatamente essa Frente Parlamentar de Assistência Social, Frente essa que prontamente aderimos, apoiaremos e ajudaremos, como estávamos falando agora há pouco com a ex-Deputada Celcita Pinheiro.

Com essa Frente, com certeza, teremos condições melhores e um poder, digamos assim, de negociação maior ainda no Orçamento do Estado de Mato Grosso, direcionando recursos para que vocês continuem fazendo esse belo e exemplar trabalho em todo o Estado de Mato Grosso.

Para aquelas que estão iniciando agora, assim como eu quando iniciei nessa vida como Deputado Estadual - é interessante que vamos convivendo com a nossa sociedade e vamos aprendendo, percebendo e sendo cada dia mais sensíveis às necessidades do nosso povo e da nossa gente - com certeza cada ato e cada ação que fizermos no sentido de melhorar a condição de vida, melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente, em especial aqueles que mais necessitam, é louvável.

Por isso, Deputado Carlos Brito, Vossa Excelência está de parabéns por essa iniciativa, bem como todos vocês que estão aqui participando, opinando, sugerindo, contribuindo de tal forma que aqueles que necessitam mais do que nós tenham melhores condições, melhores dias daqui para frente.

Agradeço a oportunidade, peço desculpas porque, assim como o Deputado Alexandre Cesar e com certeza a ex-Deputada Celcita Pinheiro, teremos que nos retirar porque temos outra audiência na sequência.

Um abraço a todos. Fiquem com Deus (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Deputado Dilceu Dal Bosco.

Vamos alternar as falas aqui e gostaria de passar a palavra a Sr^a Lenil da Costa Figueiredo, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.

A SR^a LENIL DA COSTA FIGUEIREDO - Bom-dia...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Senhora Lenil, um minutinho, por favor!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

Como abriu espaço na Mesa, eu gostaria de convidar para compor a Mesa conosco o Sr. Arleide Dias Pereira, Presidente da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso.

Lenil, desculpe-me!

Com a palavra a Sr^a Lenil da Costa.

A SR^a LENIL DA COSTA FIGUEIREDO - Bom-dia, senhores e senhoras aqui presentes.

É com prazer e muita alegria que saudamos a todos que atenderam ao chamamento para que hoje pudéssemos ter aqui um sucesso em relação ao lançamento da nossa Frente Parlamentar.

Agradeço ao nobre Deputado que encampou essa luta conosco, que é uma luta já de anos dentro da Assistência Social. E aqui para o nosso Estado, agora nas Conferências Municipais, mais do que nunca, foi algo assim que as pessoas de fato entenderam que é importante para que pudéssemos mudar a realidade da Política de Assistência Social no Estado de Mato Grosso.

No ano passado, junto com o Deputado Alexandre Cesar em uma Audiência Pública aqui, discutimos a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social em várias audiências pública pelo Estado, em vários municípios, e amanhã um importante papel da Frente Parlamentar, que tem o Deputado Raimundo à frente, estará colocando em votação o Projeto de Lei nº 3.077, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social. Então, entendemos que a Frente Parlamentar é importante para política da Assistência Social porque é um meio de reforçarmos, quer dizer, é um espaço que temos para discutir as políticas e implementar nos nossos municípios e no Estado o que nós necessitamos enquanto política pública.

Nós trabalhamos muito agora nas Conferências Municipais as necessidades dos municípios e todos foram unânimes em dizer que o Estado precisa melhorar o financiamento, o cofinanciamento, na política de Assistência Social do Estado.

Conforme o que já colocamos anteriormente, o Estado investe 0,14% do seu orçamento na política de Assistência Social como repasse para os municípios de pequeno porte, um montante de nove mil reais em uma única parcela anual que é investido e tem prioridades o API-Apoio à Pessoa Idosa; Apoio de Portadores de Deficiências e também agora, este ano, por meio da resolução do SEAS, ampliamos para atender os benefícios eventuais destinados, no que compete ao Estado, ao Auxílio Maternidade e Auxílio Funeral, quando tentamos ser mais justos com os nossos municípios, levando em consideração vários indicadores, as realidades e diferenças que cada um tem.

O que acontece, Deputado Carlos Brito, é que sentimos a necessidade - e todos os municípios foram unânimes - de que o Estado possa cofinanciar, repassar um valor que de fato venha atender as necessidades das políticas públicas locais.

Temos hoje crianças e adolescentes que não estão sendo atendidos nos municípios e não temos políticas públicas estaduais para atender esse público específico, bem como esse valor mesmo que está sendo repassado para atender idosos, portadores de deficiências, que é um valor mínimo, que, quando chega ao município, o município já teve que investir no primeiro semestre recursos próprios para atender essa demanda.

Então, este ano já avançamos com o repasse Fundo a Fundo, e quero parabenizar todo o esforço do nosso Secretário José Rodrigues Rocha Júnior, assim como da nossa Secretária Terezinha Maggi, pela alteração da Lei do Conselho Estadual e do Fundo, que propiciou que nossos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

municípios recebessem este ano o recurso Fundo a Fundo assim como vem da esfera federal. Mas o valor é que está pegando, porque precisamos de recurso dentro do Orçamento do Estado para cofinanciar as ações dos municípios.

E aí eu quero lembrar que compete ao Estado:

“Cofinanciar a proteção social básica mediante aporte de recursos para o sistema de informação, monitoramento, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras ações compactuadas progressivamente;

Instalar e coordenar o sistema estadual de monitoramento e avaliação das ações de Assistência Social de âmbito Estadual e Regional, por nível de proteção especial em articulação com sistemas municipais validado pelo sistema federal;

Promover a implantação e cofinanciar consórcios públicos.” Isso foi muito trabalhado nas Conferências Municipais. Inclusive, aproveito para convidá-lo para a nossa Conferência Estadual que será nos dias 24 e 25 de setembro no Hotel Fazenda Mato Grosso, quando nós teremos todas essas reivindicações municipais em relatório trabalho na Conferência Estadual e que também levaremos para a Conferência Nacional.

Então, o Consórcio é uma necessidade dos municípios. Por quê? Porque nós verificamos situações que municípios estão vivenciando em que o Juiz pede que se abra a Casa de Apoio e que se coloquem lá duas crianças, quatro crianças, porque não tem para onde mandar essas crianças. E aí há a necessidade, sim, de o Estado começar a cofinanciar os Consórcios, dar apoio na efetivação dos CRAS, para aqueles municípios que não têm condições de instalar os seus CRAS, cofinanciar também a instalação dos CRAS.

Então, o consórcio é muito importante no Estado de Mato Grosso, porque nós temos cento e dezessete municípios de pequeno porte um, ou seja, que tenha até vinte mil habitantes. Isso dificuldade muito. O senhor imagine um município que tem cinco mil habitantes e colocar lá uma casa para ter ali duas crianças. Que tipo de atendimento ele poderá propiciar para essas crianças?

Outra coisa, o que nós discutimos muito é que nós temos visto nesta Casa muitas audiências públicas - e aí vocês vivenciam esses momentos - em que se traz a realidade das mulheres vítimas de violência, das crianças vítimas de pedofilia. Então, é uma necessidade da Política de Assistência Social ter como trabalhar essas questões, porque não basta trazer a tona essa realidade, tem-se também dentro da Política de Assistência Social que pensar em ações para atender esse público específico.

Então, essas conferências municipais foram muito ricas. E diante das conferências e da nossa Conferência Estadual nós vamos poder visualizar toda essa necessidade da população de Mato Grosso trazida pelos relatórios, das necessidades dos usuários da Política de Assistência Social.

Ao Estado compete também coordenar, gerenciar, executar e cofinanciar programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, bem como cofinanciar no âmbito estadual pagamento de benefícios eventuais. Até porque o valor repassado este ano foi um valor simbólico, até para fazer valer uma Resolução do Conselho que trabalhou nessa partilha dos benefícios eventuais, fazendo atender o que já consta na Lei Orgânica da Assistência Social como obrigação do Estado que é cofinanciar também os benefícios eventuais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Então, quero diante aqui de todos os gestores, porque isso foi algo que trabalhamos muito na conferência, dizer que a Sr^a Terezinha Maggi ou o Secretário sozinhos não conseguiriam mudar essa realidade, até porque é um esforço conjunto que teríamos que ter, e trazendo os trabalhadores da área, os gestores, as entidades, para que pudéssemos construir uma Política de Assistência Social justa com financiamento adequado para atender as necessidades dos usuários de Políticas de Assistência Social.

Muito obrigada a todos, e estão todos convidados para nossa conferência. Aliás, nós temos os delegados e temos um número de vagas para convidados à Conferência Estadual. Assim, se vocês puderem ficar atentos a esse número... Até para poderem participar conosco da Conferência Estadual.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Lenil, pelas palavras e esclarecimentos.

Gostaria que, em havendo, se conseguisse uma cadeira. Precisa estar conosco aqui na mesa a Sr^a Carla Alves de Freitas, que é Presidente do COEGEMAS que representa todo esse pessoal que está aí. Cadê a Carla? (PALMAS)

Só nos desculpe pelas acomodações aqui. Para nossa supressa positiva, houve o atendimento à convocação, ao convite.

Solicito à assessoria da Assembleia Legislativa que providencie mais algumas cadeiras, porque eu estou incomodado, uma vez que enquanto estou sentado, há muitas damas de pé aqui.

Eu gostaria de dar sequência ouvido também o Sr. Benildes, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. BENILDES AURELIANO FIRMO FILHO - Que bom que todos estejam aqui! Isso é motivo de alegria e satisfação.

Eu não estava preparado para falar, mas, atendendo a gentileza do Deputado Carlos Brito, eu quero, em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprimentar todos vocês, e, em nome das nossas crianças, cumprimentar as autoridades aqui presentes na mesa principal.

Eu falo sempre que o principal mesmo são as nossas crianças e os nossos adolescentes. Nós aqui somos os meros coadjuvantes. As estrelas são eles.

Meu nome é Benildes Aureliano Firmo. Atualmente estou Presidente do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente e tendo a satisfação de ser convidado para participar deste evento e aqui representando o Conselho e também como conselheiro no CEAS. Então, eu não poderia furtar este momento me concedido para parabenizar vocês. E que vocês neste momento, neste espaço público democrático, vocês possam expor tudo aquilo que estava enroscado na garganta de vocês até hoje em relação à atenção à Assistência Social.

E é muito importante isso porque você faz parte deste processo, desse controle social. E nós aqui em Mato Grosso nós temos que bater no peito sim que nós estamos muito avançados em relação à Assistência Social. Nós estamos muito avançados aqui em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente, na defesa dos direitos da pessoa idosa, na defesa dos direitos dos portadores de deficiência. Por onde eu tenho andado, eu sempre tenho dito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

A minha família mora no Estado de São Paulo e eu tenho tido a eles de que o Estado de São Paulo perde de dez a zero para o Estado de Mato Grosso em relação às políticas públicas voltadas para a Assistência Social e na defesa dos nossos direitos, o qual eu acabei de falar aqui.

E isso para nós é uma posição privilegiada e de orgulho de nós sermos um referencial para o Brasil. O nosso Subsecretário José Rodrigues tem feito o seu trabalho itinerante por este Brasil afora. E ele tem constatado anos luz à frente na política social. Que vocês aqui, hoje, aproveitando este espaço que é de vocês, que realmente vocês possam colaborar no fortalecimento da Assistência Social aqui em Mato Grosso, porque vocês fazem parte também dela. Vocês vivem isso aí e nós vivemos. Por isso que nós temos cada vez mais que ocupar este espaço que, hoje, nós já estamos percebendo que ele já ficou pequeno. Muitas vezes quando se convoca para uma Audiência Pública normalmente vem uma meia dúzia daqui e dali. Mas nós estamos percebendo que a cada dia em que as coisas vão acontecendo e que as pessoas estão vendo que tudo está melhorando, aí a credibilidade é maior. E isso é muito importante.

Eu estava conversando com a Lenil dizendo, nós estamos achando que iriam vir poucas pessoas, mas nós estamos preocupados que realmente tem muita gente em pé. Isso significa que você está botando o seu coração nesta obra de defender e de fortalecer o Sistema Único da Assistência Social no Mato Grosso. E também trabalhar e defender para que outros sistemas também do Estado sejam fortalecidos para que a nossa população realmente possa bater no peito: “Nós temos uma gestão pública voltada para a Assistência Social muito bem fortalecida.”

Que vocês tenham uma boa estada e que vocês tirem um bom proveito e que vocês voltem para os municípios cheios dessa bagagem de que muita coisa nova está chegando e que realmente a transformação social está melhorando.

Deputado Carlos Brito, obrigado pelo espaço. E um bom-dia a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço o Benildes pela fala. Justificando, Benildes, eu conheço um homônimo dentro do sistema lá Secretaria de Segurança. Estava uma confusão. Desculpe-me.

E, aliás, por falar nisso dizer que na Secretaria de Segurança e Justiça uma das coisas que eu pude perceber muito fortemente é a ausência da assistente social nas polícias e notadamente no sistema prisional e socioeducativo de maneira mais efetiva. Há uma representação da assistente social para dizer que tem. Não da forma de fazer o trabalho adequado.

Tanto que mesmo tendo saído da Secretaria, no Dia dos Pais, eu estava na cadeira pública de Várzea Grande com o meu filho participando da atividade com os reeducandos de tão forte que foi a experiência ali. E em outro momento mais oportuno, é um trabalho que nós precisamos abraçar, que é comum olharmos a parcela da população, a maioria que está aqui fora, mas aqueles que estão lá dentro tanto do sistema prisional como socioeducativo continuam fazendo parte desta população e desta mesma sociedade. E na realidade todos que lá estão um dia estarão aqui fora. No Brasil não tem pena de morte, no Brasil não tem prisão perpétua. Isso quer dizer que nós temos um encontro marcado, não sabemos o dia. Mas em algum dia todos estarão aqui fora. Então, é uma reflexão que eu tenho provocado em muitos encontros. Eu estive em Rondônia na semana que passou exatamente com essa temática do sistema prisional, fê e educação. E a Assistência Social tem muito a ver com isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

Só um dado. 86% de reincidência em cada 100%, 86% retornam para o sistema prisional. Esses números acabam se aproximando dos números nacionais. Então, na verdade, o Estado está falhando, e muito. Tem em média oito, dez anos sob a sua custódia e tutela esses homens e mulheres aprisionados e os devolve à sociedade na maioria das vezes em situação pior que os recebeu. Então, nós precisamos rever muita coisa. Então, é um foco, Lenil, que depois eu vou lhe procurar para nós estarmos trabalhando. Isso não é de interesse só do aprisionado, porque na realidade pode ser qualquer um de nós, quando nada um próximo e por razões das mais, por exemplo, um crime passional, de vingança, de amor e ódio, aquelas coisas todas. É uma reflexão que nós precisamos ver. Depois aprofundadamente nós vamos fazer um trabalho neste sentido.

E dizer que foi uma experiência mais forte que nós pudemos constatar dentro dessa passagem. A nossa origem é da Pastoral da Juventude, é do Movimento Comunitário, fui presidente de bairro muitos anos no Parque Cuiabá, até que usei ser candidato a Vereador na Capital, Deputado Nataniel de Jesus.

Aí, diziam que era uma ousadia presidente de bairro ser vereador da Capital, naquela época. Nem eu acreditava, mas queria contestar, queria candidatar, queria aparecer na televisão para dizer: “Olha, não estão fazendo nada, o meu bairro está abandonado!” Ganhei a eleição e de lá para cá, graças a Deus, em todas as eleições fomos aumentando o número de votos.

Fui Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito interino de Cuiabá, Deputado três vezes, Secretário de Estado e hoje sou Suplente de Deputado, mesmo com trinta um mil votos, em razão da legenda partidária.

Mas de toda forma, o que fazemos é para os outros, fazemos para a sociedade e a duras penas tenho compreendido muitas coisas na minha vida com esse Deus maravilhoso que nos ensina até na dor e no sofrimento. Dor e sofrimento é só dor e sofrimento quando não damos sentido a isso. E, tem muito a ver com Assistência Social, essa sensibilidade, e quem não a tiver, não adianta o diploma. Fica esse reconhecimento nosso a cada um de vocês por essa participação.

Eu registro, também, a manifestação do Desembargador Mariano Alonso Ribeiro Travassos, Presidente do Tribunal de Justiça, que justifica a sua ausência, mas manifesta o apoio à Frente Parlamentar.

É importante que os demais Poderes, notadamente o Poder Judiciário - acabamos de ter a Lenil citando um exemplo -, essa dialogicidade entre Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, sociedade civil organizada é muito importante. E, isso que você falou dos consórcios, na Secretaria nós a fazemos de maneira branca, com as cadeias. E nós não temos, porque se criou comarcas em grande número, mas não temos a estrutura que a lei exige para dotar cada comarca das suas unidades de polícia e das suas unidades de cadeia.

O que nós fazemos, na realidade? Começamos meio que a regionalizar, num acordo com o Judiciário, no sentido de construir alguns centros de detenção com característica regional para que possa amenizar essa questão. Tangará da Serra, com o Deputado Wagner Ramos, abrigará uma dessas unidades. Eu acho que é por aí, é uma forma de otimizar recursos públicos e de acatar a lei.

Outra coisa, Lenil, você disse da PEC, não gravei o número, mas pode ser um exemplo da atuação da Frente Parlamentar em Mato Grosso. Os Deputados Estaduais emitirem daqui uma Moção de Apoio à PEC endereçada à nossa Bancada Federal no sentido de solicitar que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

apoiem essa iniciativa que está tramitando em Brasília. Esse é um exemplo concreto do que pode ser feito.

Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Cumprimento o Presidente Deputado Carlos Brito e, em seu nome, toda a Mesa; e a ex-Deputada Federal e Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá, Sr^a Celcita Pinheiro, e, em seu nome, todas as senhoras e senhores.

Presidente Deputado Carlos Brito, a Assistência Social começou lá atrás e Vossa Excelência até se emociona quando começa a falar nesse assunto, justamente porque vivemos essa realidade e temos experiências próprias.

Só quem tem experiência própria é que pode realmente expressar tal sentimento.

Quero apontar na história, onde vocês veem que o próprio Senhor Jesus Cristo contou uma história e apontou. Ele colocou o dedo mostrando às gerações futuras uma necessidade.

“Havia um homem caído na estrada que tinha sido assaltado, estava todo machucado e então passaram por ali três homens. O grande sacerdote passou por ali e era uma pessoa que deveria ter todo carinho e amor pelo seu próximo, mas não quis nem se envolver. E diz a história bíblica que ele passou de largo, ou seja, passou por longe, deu uma volta para não se envolver com aquele que estava caído, e o homem continuou caído. Passou então outro, um levita, pessoa cristã ou cristão, e também não quis se envolver, passando bem longe daquele que precisava de uma assistência. E, por último, passou o terceiro homem que vinha de Samaria e não tinha muita intimidade com o povo de Samaria, com o povo de Judá - eles tinham uma intriga, uma briga, coisa de bairro, de cidade e uma não se dava com a outra - mas ele não quis olhar para esse fato, não quis olhar para esse problema. Ele olhou tão-somente para a necessidade daquele homem que estava ali caído e que precisava de urgente assistência. Então ele desceu do seu cavalo, foi lá, deu água para o homem, colocou em sua montaria e o levou até outra hospedaria próxima e disse para o hospedeiro: “Vou deixá-lo aqui. O senhor cuida dele, dê remédio, comida, toda alimentação, toda assistência necessária. Vou até outra cidade vizinha e quando voltar, se tiver alguma coisa a mais a acrescentar, eu pagarei do meu bolso”.

O senhor veja que lá atrás, na Bíblia, há mais de dois mil anos Jesus contava essa história. Era uma história que ele contava! E para mim era a história da Assistência Social. A história que ele fala do bom samaritano.

Então para mim, Nataniel de Jesus, se não for para eu ser um bom samaritano, se não for para eu trabalhar com os assistentes sociais, com a parte social das pessoas, para mim não serve ser Deputado... Eu, particularmente, não quero ser... Se não for para mexer com isso, se não for para dar atenção a isso, então não quero mexer com isso... Porque estão aí as nossas crianças, e não foram citados aqui os idosos até agora, mas eu tenho muita preocupação com os idosos, sim! Porque quantos idosos estão aí com muito pouca assistência, já sem força até mesmo para dar um grito...

Vemos os casos de pedofilia. Vemos os casos de pedofilia acontecendo por aí afora, quando nós precisamos dar muito mais atenção para essas crianças vítimas, muitas vezes até dentro da sua própria casa, como eu tenho defendido aqui na Assembleia Legislativa... Mulheres espancadas pelos seus próprios maridos. E tem uma lei que fala sobre isso, desse apoio à mulher

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

vítima da violência familiar, mas também me preocupa, Deputado Carlos Brito essa questão que Vossa Excelência disse aí...

Por isso eu digo da minha relação com a Assistência Social, porque as igrejas têm feito esse trabalho também! E muitas vezes, Deputado, o governo não atina para o trabalho que as igrejas... Não falo de uma, duas, mas falo de várias igrejas, como a Igreja Católica, Assembleia de Deus, Batista, Casa da Bênção, Deus é amor, Sara Nossa Terra, e por aí afora... Quantas denominações que estão trabalhando e, às vezes, o Governo não dá a mínima atenção?

Quantos rapazes, jovens, Deputado - faço questão de frisar: não são bandidos, não são marginais, não são ladrões, não são os que não prestam -, estão numa situação que foi gerada lá atrás devido a um problema social?

Suplico aos senhores e senhoras que se empenhem mais.

Nós vamos, sim, Deputado Carlos Brito, a partir de hoje, com essa Frente Parlamentar, atacar, investir; procurar mais investimentos e colocar na Assistência Social do nosso Estado.

Esse é o nosso comprometimento, Deputado Carlos Brito, junto aos demais Deputados. Mas é preciso cada um investir mais e colocar mais o seu coração.

Vemos, Deputado Carlos Brito, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, mas só o Plano de Carreira e salários melhores não paga, muitas vezes, o que o Assistente Social faz.

No mês passado estive no Município de Nobres. Depois da realização de uma feira arrecadamos sete toneladas de alimentos que distribuimos para sete entidades. Tudo Assistência Social: crianças, idosos, dependentes químicos. Estávamos lá carregando caixas e caixas para ajudar. Vimos quão grande é a necessidade daquelas pessoas, das instituições e com tão grande amor que os assistentes sociais vêm fazendo esse trabalho. Parecem sacerdotes.

Vocês são sacerdotes nessa área, assim como os médicos são sacerdotes na medicina. Vocês são verdadeiros sacerdotes de Deus na área da Assistência Social.

Quero parabenizar todos os senhores e senhoras que estão aqui, porque suas presenças demonstra a importância que tem esse trabalho e como estão dispostos a abraçar aqueles carentes, aqueles necessitados e que precisam de ajuda.

Que Deus os abençoe! Muito obrigado pela atenção! Parabenizo-os!

Gostaria de abraçar cada um! Que Deus os abençoe! O pagamento maior vem de Deus. Podem ter certeza disso. Isso não quer dizer que não lutaremos aqui na Frente Parlamentar por vocês.

Quero me colocar à disposição, Deputado.

Sei que as lágrimas do Deputado Carlos Brito - que venho acompanhando nesse novo período; que volta e meia está na tribuna derramando suas lágrimas pelas pessoas, pelo próximo - pois, estou bem perto dele, são sinceras.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavras do Deputado Nataniel de Jesus.

Com a palavra, a Sr^a Carla Alves de Freitas, Presidente do COEGEMAS.

A SR^a CARLA ALVES DE FREITAS - Bom-dia a todos e a todas!

Cumprimento todas as autoridades presentes, principalmente as que vêm pela proteção e defesa da implantação dessa importante política pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Quero ressaltar publicamente que nos sentimos muito orgulhosos com a qualidade do Curso de Serviço Social da UFMT, que vem oferecendo excelentes profissionais nesse complexo mundo de trabalho e aproveitar para cumprimentar as demais instituições de ensino superior que prestam esse serviço.

Como Presidente do COEGEMAS, quero agradecer o convite em nome de todas as gestoras de Assistência Social que estão presentes e as que não puderam fazer parte deste momento histórico em virtude da demanda de trabalho no seu município.

Agradeço também a importante participação dos controles sociais aqui presentes, fortalecendo os espaços democráticos das gestões municipal e estadual.

Parabenizo o Exmº Sr. Deputado Carlos Brito pela brilhante iniciativa de instalar a nossa Frente Parlamentar em Mato Grosso, que servirá de espaço público de interlocução entre as esferas de Governo, contando com a participação maciça da sociedade civil organizada e demais cidadãos e cidadãs, independentemente se estiver numa organização ou não e, sem dúvida, a importância de escutarmos principalmente os usuários dessa política.

Gostaria de cumprimentar o Dr. José Rodrigues pelo trabalho desenvolvido no Estado de Mato Grosso, junto com sua equipe extremamente responsável e atenciosa.

Rapidamente quero aqui ressaltar que os assuntos em tela são da mais alta relevância a essa política.

Enquanto representante da COEGEMAS quero dizer que precisamos urgentemente reafirmar a importância do Projeto de Lei nº 3077/08, de autoria do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, que será relatado no dia 19, amanhã, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Esse citado Projeto de Lei normatizará questões de extrema urgência e garantia dessa política de proteção e defesa daqueles que necessitam desse atendimento com qualidade. O documento tratará principalmente da construção do pacto federativo para que possamos normatizar as obrigações de cada ente federado, principalmente nas questões financeiras, pois, reconhecerá os equipamentos sociais CRAS e CREAS financiados exclusivamente pelos municípios e facilitará também o aporte técnico e financeiro.

Entendemos a posição do *ranking* realizado pelo MDS colocando como prioridade no Orçamento os municípios com baixo índice de desenvolvimento. Por outro lado, não podemos esquecer que os denominados municípios ricos sofrem com os bolsões de pobreza que se instalam vertiginosamente em virtude das notícias propagadas em cadeia nacional.

Em Nova Mutum, Sapezal, Campo Verde, Campo Novo, Primavera do Leste, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso e demais Municípios encontramos indícios fortes de trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e centenas de famílias desempregadas por não atenderem à qualificação almejada das médias e grandes indústrias instaladas, contudo, não podemos nos esquecer que a composição territorial do nosso Estado conta hoje com a grande maioria de municípios de pequeno porte I e o Sistema Único da Assistência Social e Norma Operacional Básica exige um equipamento mínimo de profissionais e serviços sem quase contrapartida nenhuma.

Sabemos que na história da Assistência Social muitos Estados da Federação e Municípios operacionalizam essa política pública com insuficiência de recursos, exigindo de cada gestor a capacidade de gerenciar todos os custos no contexto da otimização dos poucos recursos públicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Precisamos investir em sistemas de acompanhamento e avaliação do impacto das nossas ações e em métodos e experiências de custeio na administração pública municipal.

Se os nossos inúmeros desafios forem assim compreendidos, entenderemos ser a governança social o instrumento capaz de viabilizar resultados para a nossa gestão, apoiada internamente na máquina administrativa local e externamente no Estado.

A nossa rede de proteção que atua em conjunto e de forma complementar tem no Município o Coordenador de todo o processo de consolidação e implementação do SUAS.

Nesta ocasião reforçamos as linhas básicas da proposta de atuação do COEGEMAS na certeza de que essa gestão somente poderá ser construída com o apoio e a contribuição livre e democrática de todos os Poderes constituídos no Estado.

Precisamos de mais comprometimento com uma gestão descentralizada e participativa por meio de veiculação frequente de informações e do reconhecimento da importância das funções que os municípios polos devem desenvolver para otimizar as ações regionais;

Necessitamos construir com a Secretaria Adjunta de Assistência Social do Estado, com a Assembleia Legislativa e controles sociais a elaboração do Plano Estadual da Assistência Social, com foco na Gestão de Resultados que respeite as especificidades locais e regionais e o porte da cada município; implementar e democratizar as instâncias de pactuação buscando discutir as possibilidades de novos projetos e de financiamentos que possam ser operacionalizados pelos nossos municípios; auxiliar no cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social para a execução de prestação de contas dos serviços socioassistenciais por meio das informações disseminadas democraticamente por correio eletrônico.

O COEGEMAS, representando aqui os cento e quarenta e um Municípios do Estado de Mato Grosso, percebe que a sociedade em movimento necessita de espaços democratizantes como este e que com a Frente Parlamentar, entendendo que por meio da inclusão do SUAS na LOAS, teremos um instrumento legal que fortalecerá a efetivação da Política de Assistência Social, com apoio da sociedade civil e com a primazia da ação do Estado.

Muito obrigada a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Essas são as palavras da Sr^a Carla Alves de Freitas, Presidente do COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores da Assistência Social de Mato Grosso.

Esse texto, inclusive, poderia ser juntado ao resultado da Audiência Pública, pois, há muitas informações, muitos apontamentos, com os quais ganharemos em tempo e otimização da nossa discussão aqui (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Na realidade, vamos discutir sobre muitas coisas que todos já falam há muito.

De maneira prática, vemos a questão da PEC, que precisa ser encaminhada, pois, é um manifesto eminentemente político da Casa; a discussão da LDO, da Lei Orçamentária, que chegará daqui a pouco.

Então não dá muito tempo para ficar com muitas reuniões.

Essa Frente terá que cegar rapidamente.

E também a inclusão do SUAS nessa discussão toda.

Com a palavra, o Deputado Airton Português.

O SR. AIRTON PORTUGUÊS - Bom-dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Deputado Carlos Brito, quero parabenizá-lo pela iniciativa de criação da Frente Parlamentar e também todas as pessoas que são ligadas à Assistência Social, como a Primeira-Dama; todas as Secretárias de Assistência Social; todos os movimentos de Assistência Social do nosso Estado; a ex-Deputada Celcita Pinheiro, Secretária de Assistência Social do Município e esposa do nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro. Queremos parabenizá-la pelo belo trabalho que faz em prol do nosso Estado.

Queremos parabenizar o Sr. José Rodrigues, Secretário-Adjunto da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, e a Dona Terezinha Maggi pelo trabalho que vem fazendo frente a essa Pasta.

Deputado Carlos Brito, como sou Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, terei que me ausentar desta Audiência Pública, porque teremos reunião às 14:00 horas, onde relataremos três projetos.

Deputado Carlos Brito, nós vemos que esta é uma iniciativa importante, porque fazemos parte da responsabilidade pública como Parlamentar.

Na minha trajetória de vida já fui Vereador e Prefeito e sempre soube da necessidade e importância da Secretaria de Assistência Social no conjunto para o fortalecimento do ser humano.

Quero parabenizar a iniciativa dessa Frente Parlamentar. Pode contar comigo como Parlamentar desta Casa...

Tenho certeza que essa iniciativa fortalecerá a nossa população, o ser humano e, principalmente, as pessoas que precisam da Assistência Social de fato. Nós sabemos que no mundo, na vida, a necessidade é cada vez maior de estarmos fortalecendo esta Assistência Social para a nossa população.

Gostaria de dizer que estamos num momento - até o Deputado Carlos Brito focou - importante por estar chegando aqui na Assembleia Legislativa a questão da Lei Orçamentária para 2010. Então, ela tem que ser debatida em todas as Comissões e depois levada ao nosso Plenário para ser votada. E eu tenho certeza que nessa Frente Parlamentar estaremos fazendo ações para o fortalecimento da Assistência Social no Estado de Mato Grosso.

Então, no mais, gostaria de deixar essa mensagem e parabenizar a todos que estão nessa iniciativa. E nós, a partir deste momento, como Deputado Estadual estamos à disposição. E ao final desta Audiência Pública, tenho certeza que sairemos com muitas ideias, muitas sugestões, para fortalecermos cada vez mais, porque é importante a todos nós, a toda família de Mato Grosso a questão da Assistência Social, que tenho certeza ser fundamental para o desenvolvimento de todos nós.

Então, parabéns Deputado Carlos Brito! Parabéns a todos os Deputados, às Secretárias, às Assistentes Sociais e àqueles que estão envolvidos em prol para que possamos propiciar melhores condições de vida a toda nossa população. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço o Deputado Airton Português.

Gostaria de ressaltar que temos hoje, já entregues à mesa, oito adesões de Parlamentares, num conjunto de vinte quatro, então, nós temos um número expressivo. Com oito Parlamentares aqui no Plenário, nós podemos fazer muita coisa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Então, agradeço a cada um dos Parlamentares e volto a citá-los: Deputado Riva; Deputado Wagner Ramos; Deputado Alexandre Cesar; Deputada Profª Vilma; Deputado Nataniel de Jesus; Deputado Dilceu Dal Bosco; Deputado Ademir Brunetto, Deputado Airton Português e Deputado Carlos Brito. Muito obrigado aos colegas Parlamentares. Os outros estaremos conversando mais amiúde no sentido de conseguirmos as adesões.

Recebi aqui um bilhete aqui: “Excelentíssimo Sr. Carlos Brito, por gentileza desejo que Vossa Excelência também leve em consideração os Psicólogos que trabalham na Assistência Social.”

É justo! Confesso que na hora que falei aqui me veio à cabeça os psicólogos. Só que entendo que os Psicólogos, assim como as Assistentes Sociais, têm um foco mais específico, quer dizer, de igual importância, mas que precisa ser comentado como a Assistente Social.

Então, acredito que para fortalecer mais os Psicólogos, talvez devamos fazer um trabalho também direcionado nessa linha dos Psicólogos aí, que é outra vertente bastante falha que pude verificar.

Então, reconheço e registro que os Psicólogos têm que chamados também num processo mais proativo por iniciativas dos governos, da sociedade de numa forma geral.

Mas está feito o registro.

Gostaria de passar a palavra a Janaína de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

A SRª JANAÍNA ALMEIDA - Bom-dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Carlos Brito, principalmente pela iniciativa da realização desta Audiência Pública, e também em nome da Deputada Profª Vilma, a única mulher Deputada aqui presente nesta manhã; cumprimento as demais autoridades, por meio do Secretário José Rodrigues; e saudar e dar um abraço bastante caloroso em cada Assistente Social aqui presente, estendendo também a cada Psicólogo, por meio da Presidente do Conselho Estadual de Assistente Social, Srª Lenil Figueiredo.

A importância de discutirmos essa criação, fomentação, uma Frente Parlamentar em defesa da política estadual, no nosso caso aqui de Assistente Social, sem dúvida é imprescindível.

Agora, poderíamos passar aqui a manhã inteira apontando uma série de problemas, uma série de dificuldades no trato com essa política. Eu acho que a Lenil conseguiu bastante, demarcadamente, acentuar algumas das nossas realidades. E eu quero aqui demarcar apenas dois pontos.

O primeiro é a diferença entre Assistência Social e assistencialismo; e o segundo o trato dessa política com seriedade e responsabilidade política.

No que se refere à diferença entre assistencialismo e assistente social, gostaria de demarcar que Assistente Social da qual estamos falando aqui, nesta manhã, trata-se de uma política pública. Como já suscitaram aqui que também fazem parte dessa política, uma política pública, dever do Estado, responsabilidade do Poder público que pressupõe: planejamento, sistematização, dinheiro e configura-se no tripé da seguridade social, que é o tripé da saúde, da assistência e da previdência social.

Assistencialismo, por sua vez, é uma prática, não é uma política pública, que não pressupõe sistematização, planejamento. Pelo contrário, ela se baseia pelo clientelismo, pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

apadrinhamento político, pela troca de favores e pela lógica da tutelação. Ela não possibilita a emancipação dos usuários atendidos por essa política.

Então, o que estamos defendendo aqui nesta manhã, por meio da criação dessa Frente Parlamentar é exatamente a defesa da Política de Assistência Social tanto em nível municipal quanto em nível estadual, quanto em nível nacional.

E aí, Deputado Carlos Brito, eu só tenho que mais uma vez agradecer e parabenizar a sua iniciativa por adesão a instalação desta Audiência Pública, porque sabemos que discutimos e as coisas não vão para frente. Mas eu tenho certeza, aqui já temos oito adesões, vamos conseguir realmente não só criar como instalar, implementar essa Frente.

Nós também nos colocamos à disposição, enquanto Conselho Regional de Serviço Social do Estado de Mato Grosso, para poder fazer parte. Acho que o CRP também poderia fazer parte desta Frente, de alguma maneira, participando no que pudermos e conseguir.

Um segundo aspecto que quero chamar a atenção é em relação ao tratamento dessa discussão. Não tem como tratarmos sem termos claro que isso pressupõe realmente assumirmos isso com bastante seriedade e com compromisso político. Porque nós sabemos, a Lenil falou aqui em 0,14%, que isso não é fazer uma política de assistente social; isso é brincar de se fazer Assistência Social no Estado.

Nós precisamos, não só em Cuiabá, como o Estado de Mato Grosso, como inclusive em nível nacional, federal, instituir - e aí eu vou pedir para vocês o apoio para que encaminhem um manifesto também, Deputado Carlos Brito, que inclusive já apresentamos na Conferência Municipal de Cuiabá uma Moção em apoio à proposta de Emenda Constitucional nº 431/01, da Câmara Federal...

Essa Moção que apresentamos em Cuiabá foi exatamente no sentido de ampliar os recursos para a área de assistência em nível nacional. Porque sabemos que essa realidade de poucos recursos infelizmente não é só prerrogativa nossa no Estado, aqui na região, é uma necessidade nacional. Então, a nossa proposta é de alteração dessa Emenda, estabelecendo aí um patamar mínimo de 5% para essa política.

O Deputado Carlos Brito havia dito no início da sua fala que já passou pela Secretaria de Segurança Pública, e eu tive a felicidade de estar lá, inclusive, quando Vossa Excelência foi Secretário.

Quero dizer que costumo enfatizar que quando não investimos em políticas públicas com essa conotação que eu disse anteriormente, numa perspectiva de direito, numa perspectiva de assistência material, cultural à população do nosso Estado, nós depois vamos assistir lá na frente uma realidade que repudiamos, não suportamos e não queremos ver, mas que um dia voltará a conviver conosco.

Como Assistente Social da Secretaria de Segurança Pública, quero enfatizar o que ele disse, porque é uma contradição que assistimos no Brasil, no Estado e em Cuiabá. Nós investimos pouco em políticas públicas, pouco em Assistência Social e aí depois demandamos um dos maiores recursos para a área de segurança pública.

Então, gostaria de pedir o apoio a Vossas Excelências também em relação a essa Emenda Constitucional nº 431 e agradecer a oportunidade pela fala.

Um abraço a cada um e a cada uma de vocês. Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Janaína.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Da mesma forma, compartilhar a opinião positiva da nossa convivência na Secretaria.

Gostaria de dizer, pessoal, que isso aqui é um ato de segurança pública.

Segurança pública não é só polícia, não é só cadeia. Isso é insegurança que leva a essas necessidades. Solução de segurança pública passa tremendamente pelo trabalho de Assistência Social preventiva. Então, nós temos que ter muito claro isso. Na realidade, você chama a polícia quando tudo falhou. Falhou o Estado na sua prestação de estado providência, de prover das possibilidades que é o encargo dele e a população de uma forma em geral nas suas várias necessidades: infraestrutura, saneamento, educação, cultura, lazer, oportunidades, qualificação profissional, abertura de posse de trabalho, geração de emprego consequentemente. Aí é um arcabouço de problemas. Não falhou no Estado. Falhou a família, cada vez mais desconstituída pelos novos valores, entre aspas, tirando aquilo que é inerente ao ser humano: a atenção, o diálogo, o carinho, o amor, que está fora de moda falar disso, pai e filho dialogar, tomar bênção, pai; bênção mãe; sentar à mesa, tudo isso que sentimos falta e que um computador por mais moderno que seja não substitui.

Então, estamos dentro de casa e não sabemos o que está acontecendo. Morando juntos, mas não vivemos juntos, não convivemos. E muitas das vezes muito perto de nós. Então, temos vários indicadores disso.

Aí quando tudo dá errado chama a polícia. E a polícia vai e faz o trabalho dela. A Polícia Militar tenta fazer o preventivo, se já deu prende; a Polícia Civil vai fazer o dela; o Juiz; o Promotor; o Defensor Público; condenação; cadeia. Acabaram-se os problemas! Essa é a hipocrisia! Aquele raciocínio anterior, essas pessoas continuam existindo e vão voltar. É isso que nós defendemos.

Então, se não houver uma ação lá na causa ou nas várias causas, os efeitos vão se agravar cada vez mais e não haverá repressão que segure isso.

Então, ou tomamos uma atitude e entendemos uma ação conjunta nas várias áreas de Governo em todos os níveis, só aí começaremos a reverter esse quadro.

Gostaria de convidar a Maria Josefa, do Pomeri, para fazer uso da palavra.

A SR^a MARIA JOSEFA - Bom-dia!

Em nome do Deputado Carlos Brito, eu gostaria de cumprimentar toda a mesa.

Quero dizer a vocês que me coloquei aqui, porque na hora em que o senhor colocou com relação à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, ao sistema prisional e o trabalho que, a meu ver entendo que se deixou de fazer com o sistema prisional, o senhor falou no sistema socioeducativo e estou aqui para dizer, como assistente social de carreira que já passou cinco anos da aposentaria, e estou no sistema socioeducativo, atualmente estou na GAMA, que é um atendimento ao meio aberto, que o adolescente quando sai em liberdade tem que cumprir duas medidas socioeducativas e estamos ali na Gerência de Atendimento ao Meio Aberto para recebê-lo.

Então, eu gostaria de colocar que o trabalho feito por nós, assistentes sociais, é muito duro e presente, Sr. Secretário, é presente mesmo, e vemos situações de conflitos internos enquanto profissionais, porque temos ali aquilo que o senhor colocou: uma realidade que a sociedade não quer ver. Temos ali meninos representando famílias totalmente não assistidas pelas políticas públicas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Estou aqui para dizer que nós somos a favor dos técnicos do sistema socioeducativo que trabalham efetivamente em prol do familiar do adolescente que está sob a nossa responsabilidade.

Eu quero fazer um parêntese para colocar que o nosso maior problema é o problema com as drogas. A reincidência existe, mas a maior reincidência é a droga.

Outro dia, uma colega socioeducadora da GAMA - temos a cidade dividida em quatro regiões -, após chegar da visita domiciliar, comentou comigo: “Jô, Cuiabá é um Rio de Janeiro, só que não tem morro, não tem favela.”. E isso me preocupou muito. Ela citou alguns bairros, as vielas em alguns bairros da antiga Cuiabá, no centro - você está numa avenida e quando vira à direita ou à esquerda e cai numa daquelas ruelas e temos medo de passar durante o dia.

Então, eu creio que nós temos compromisso com esses jovens, com essas famílias. E gostaria que o poder político, o Governo, vocês, como representantes, e nós, enquanto sociedade, nos atentássemos para isso, porque os nossos meninos estão sozinhos. Não há políticas públicas para que esse menino, esse adolescente tenha uma forma de sair das drogas.

Nós temos meninos que roubam para sustentar o vício - sabemos disso. Não somos hipócritas a esse ponto! Nós sabemos! Então, está faltando. E quando há algumas clínicas que se dispõem a dar atendimento a esses usuários de drogas também não são fiscalizadas, e vimos nesta semana o fechamento de várias, inclusive existiam meninos nossos sendo assistidos por essas clínicas.

Então, estou aqui para pedir que haja o interesse público para se fazer alguma coisa para pensarem nos nossos meninos e em como esses traficantes estão entrando em nossas casas, permeabilizados nas escolas e em todos os lugares, em todas as situações e nós, parece-me, não queremos ver.

Eu estou aqui, mas não vinha. Como coloquei para minha gerente, estou saindo de férias, tenho um relatório para fazer com prazo para a Juíza, não poderia vir, mas ela me disse: “Vai.” Eu obedeci, cheguei aqui e pensei: não poderei ficar quieta. Então, estou falando pelo socioeducativo, mas por mim, porque não fui delegada para falar, mas me incomodei muito quando Vossa Excelência colocou, e ficou parecendo que deixou a desejar no sistema prisional o nosso... Quero deixar claro que eu sou do socioeducativo, o que eu conheço é do socioeducativo, mas o trabalho que tinha se deixado de fazer.

Então eu quero colocar que nós do socioeducativo trabalhamos mesmo... Temos muita preocupação com os nossos adolescentes e que a situação mais grave é a droga. Que ela está assim, disseminando a nossa juventude... E isso ela nivela por baixo... A droga nivela por baixo porque temos casos sérios de alta sociedade, pessoas usando.

Eu coloco aqui, eu tomei a palavra para dizer isso... Em defesa do técnico, do sócio-educativo, que estamos ali, recebemos famílias, atendemos o adolescente de uma forma que nós é possibilitada fazer. Se nós não temos apoio nas políticas públicas...

Então isso, deixo um pedido à Mesa, para quem é de direito, que olhem principalmente essa situação da droga em Cuiabá que nós de uma forma muito pejorativa, infelizmente Cuiabá é um Rio de Janeiro sem morro, mas eles estão aí...

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavras da Sr^a Maria Josefa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

E esclarecendo, talvez não me fiz entender, Sr^a Maria Josefa, é exatamente o oposto...Eu dei um testemunho da falha do Estado para com os sistemas prisional e socioeducativo. Foi nesse sentido dizer que os assistentes sociais e os psicólogos que atuam nos dois sistemas na verdade são verdadeiros devocionados, não é? Porque é muito difícil... Então foi nesse sentido que me referi...

Às questões das drogas, nós fechamos uma pesquisa recente no Município de Várzea Grande. Noventa e quatro por cento dos entrevistados apontam a droga como a causa dos vários outros problemas ali colocados. Então, realmente... E as drogas nas suas várias formas, não é? Inclusive a química, o álcool... não é?

Outro estudo feito em Sinop, e percebemos que depois de 2005 com aquelas situações todas na região, fechando madeiras, IBAMA, ela vivia um “bum” o município. Crescendo, muita gente chegando, mas mão de obra desqualificada para aquele tipo de trabalho mais bruto.

Com o encerramento da atividade madeira, foram criadas várias bolsões de pobreza, conseqüentemente álcool, prostituição, uma série de situações... Pequenos roubos... Ou seja, toda aquela demanda tinha uma explicação de origem socioeconômica lá trás. E foi somente assim, reunindo com a associação comercial, com as lideranças políticas para mostrar que aquele assunto não era só de polícia...É uma conceituação que precisamos trazer isso no nosso dia a dia.

E dizer que na próxima quinta-feira, às 14:00 horas, nós propusemos e a Assembleia Legislativa também aprovou uma outra frente Parlamentar que é exatamente o combate às drogas. E o Secretário Nacional antidrogas, o Sr. Geraldo Uchôa estará aqui participando conosco. E desde já, todos fiquem convidados a participarem conosco na próxima quinta-feira, às 14:00 horas. Focado, Sr^a Maria Josefa, especialmente na questão das drogas. Entendeu? Se não houver isso aí, nós não conseguiremos realmente fazer o enfrentamento adequado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Jô, está certo... Eu quero falar agora da fala da Janaína mesmo. Você, no conjunto me veio... A Frente Parlamentar aqui, cada Parlamentar, vocês viram que são vinte e quatro, são várias Comissões Permanentes, Comissões Especiais e agora as Frentes Parlamentares. Ocorre que cada qual tem muita atividade.

Então, eu sugeriria que as entidades aqui, José Rodrigues, se organizasse e criássemos um núcleo de acompanhamento da Frente, de suporte também, meio que um núcleo executivo. Todos os Parlamentares que aderirem, vocês terão os *e-mails* e os meios de contatos. Mas, era interessante ter um grupo de suporte para fazer as provocações: “Olha, tem essa medida que precisa ser tomada. Tem aquela outra. O orçamento chegou.” O Deputado não achará ruim.

Os encaminhamentos que vierem, provocará, suscitará com que as providências aconteçam. Então, seria interessante que depois, hoje vocês terão um encontro aqui em Cuiabá, organizado junto com a SETECs e as entidades, que vocês discutissem isso. Irei sugerir para os Srs. Deputados que acatem esse suporte, que as entidades mesmo fariam.

Com a palavra, a Sr^a Ivonal Soares de Campos.

A SR^a IVONIL SOARES DE CAMPOS - Bom-dia a todos e todas. Cumprimento a mesa, em nome dos nossos companheiros do CDCA, da ACC e do Deputado, parabenizando pela iniciativa nunca tardia para despertar contributivo à Política Pública de Assistência Social.

Maravilhoso, aqui de cima vejo melhor ainda todo mundo, os militantes, companheiros da luta, da política, professores, Professora Delma, que está aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Nova Mutum, hoje, com o companheiro, acredito que todos nós que atuamos nas políticas públicas temos o dever, de quanto mais conhecimento adquirimos, tanto teórico quanto prático, de estar socializando... Hoje, eu tenho o meu amigo Agnaldo Garrido, em Nova Mutum. Parabeno o Nortão pelo presente e espero que você esteja lá contribuindo, Agnaldo.

Quero cumprimentar todas as colegas Assistentes Sociais aqui, as que eu consigo enxergar, as que eu não consigo, até as colegas que não me lembro mais o nome.

O meu nome, para quem não conhece, é Ivonil Soares de Campos, Assistente Social da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Atuei já em todas - dizem que sou pau-rodado, sou goiana - tanto em Mato Grosso quanto nas políticas públicas, atuei em todas elas. E há quinze anos estou na política de segurança pública. Estive também já na Assistência Social não enquanto, lamentavelmente, Secretaria-Adjunta da SETECs, porque o meu sonho é que tivéssemos a Secretaria de Estado de Assistência Social, mas isto aqui já é um passo para chegarmos lá.

Estou gerenciando um serviço de atendimento desde a gestão do Deputado Carlos Brito, na nossa Pasta, com atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, especificamente aos egressos da privação da liberdade, egressos da internação, que é a gerência de atendimento em meio aberto que também tem responsabilidade com a municipalização do atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto. Para quem não conhece, são as medidas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

Ontem à noite, depois que me foi passado isso aí, eu fiquei pensando em começar a minha fala cantando uma música da Blitz: “bla-bla-bla-bla-bla-bla-bla-blá, ti-ti-ti-ti-ti-ti-ti”, mas, realmente, eu gostaria que o SUAS já estivesse com equipamentos que dessem respostas. Realmente gostaria que o SUAS e que a LOAS já estivessem em um estágio... Sei que sou muito ansiosa. Quem me conhece, principalmente professores da UFMT, sabe que desde quando me formei, há vinte quatro anos, que tenho ansiedade, assim, muito louca que as coisas aconteçam e deveriam estar acontecendo, mas é tudo muito moroso! É muito bla-bla-blá; é muito ti, ti, ti; é muito discurso! É muito papel, é muita teoria - minha amiga Loedil está aqui! Um abraço, Loedil! - mas pouco sei de gestão como os senhores que estão aqui, e nós técnicos que estamos mais na área da execução.

Mas precisamos de respostas, muitas respostas. Os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, cadê os equipamentos, que essa Lei Orgânica, que esse Sistema Único, graças a Deus está aí estabelecido por Lei. Estabelece. Mas não temos respostas nos equipamentos dos CRAS e dos CREAS. É muito bonito quando olhamos o que é, quando lemos a Lei; quando lemos lá a Lei Orgânica, quando lemos o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, está muito distante para que integremos essa rede, para que ela funcione!

A Jô falou muito na questão da droga. A Jô é uma técnica que está na minha equipe. É o nosso sofrimento. Só que Assistência Social é uma das respostas, Jô. Deveria ser uma das respostas, assim como o SUS - Sistema Único de Saúde! Porque é saúde mental. Mas não é a única resposta para saúde mental, com os CAPS - Centro de Atenção Psicossocial. Nós temos um em Cuiabá com a população assustadora que temos da população de jovens, segundo a legislação brasileira. Temos um CAPS adolescente, que é uma resposta que dá certo, porque agora temos experiência de que dá certo! Só que precisamos também dos equipamentos da Assistência Social para dar suporte para esse adolescente, para a família, porque CAPS nenhum vai resolver; visita nenhuma nossa vai resolver nas regiões de Cuiabá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

A Dr^a Seneir convocou reunião conosco, Deputado Carlos Brito, esta semana, do meio aberto, por quê? Quando o adolescente está privado de liberdade nas unidades de privação de liberdade, ele tem atendido - Vossa Excelência sabe disso - todas as questões de direitos humanos que ele não perde, a não ser a liberdade de ir e vir. É cômodo! Agora, enquanto está no meio aberto, que ele vem para a questão do meio aberto, que também são medidas, são sentenças judiciais, é aí que o bicho pega! Porque a intersetoriedade das políticas não dão respostas. Não tem respostas!

Desde quando eu estava na PROSOL, na Fazendinha, antiga Fazendinha era da PROSOL, já existia a LOAS - Lei Orgânica, já existia pro-jovem e pro-família e “pro” não sei o quê, que nunca conseguimos metas para incluir esses adolescentes que são situações específicas. E a coisa está pior! Temos levado equipes do CREAS - que é o Centro de Referência Especializado para essas situações em nosso carro da SEJUSP. Para dar respostas? Não. Para ir lá, e nós sabemos as limitações desses Centros.

Gostaríamos de deixar registrado, Deputado Carlos Brito, que esta Audiência Pública, que como profissional e militante da causa da infância, adolescência, em todas as situações profissionais que eu estiver, que seja pelo menos promovida uma discussão de efetivação, realmente! Seja com fortalecimento técnico, de equipe técnica nesses espaços dos CRAS, dos CREAS; seja com fortalecimento, Deputado Nataniel de Jesus, não com benesses. Elas são necessárias, às vezes, no nosso dia a dia, mas que seja respaldado realmente com salário, emprego e renda.

Assistência social, Deputado Nataniel de Jesus, é uma política compensatória. Quando não tem, ela não é mais aquela benesse de ver um mendigo na rua, ficar com dó e cuidar também. Graças a Deus, conquistamos um estágio em que ela é uma política compensatória! Há de se ter recurso próprio, fortalecer, seja com profissionais, seja com recursos realmente que dê para quem não tem acesso a emprego, renda, salário, educação. É essa a Política de Assistência Social. Lamento muito que ainda... mas assim, lamento, mas já estamos em um estágio avançado, que se associa à Política de Assistência Social, só com Assistente Social. Política de Assistência Social se faz com a multidisciplinaridade de profissionais, Psicólogos que estão aqui, Advogados, não só com Assistência Social...(PALMAS)... E a Assistência Social... Tem hora que me dá vontade de mudar o nome, porque... Ou da assistência, da política, ou de nós, profissionais da assistência, que somos Assistentes Sociais. Porque o peso para nós é muito grande quando se fala da política pública da Assistência Social e se pensa somente na Assistente Social.

Estou muito feliz por contribuir e participar desse processo.

Dizer que da SEJUSP fiquei eu, como profissional, que sou efetiva há vinte e cinco anos. Fiquei muito feliz em saber que o Deputado Carlos Brito conheceu, teve esse privilégio e gostaria que todos um dia também passassem pela gestão, seja em qualquer instância da SEJUSP, para saber a grande necessidade que temos dessa política pública de Assistência Social. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradecemos as palavras da Ivonil que está há muito tempo no sistema.

Gostaria de convidar para fazer parte da mesa a Lenice Silva dos Santos, Superintendente do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Dizer aos psicólogos que acho que poderíamos incluí-los no trabalho da Frente de Assistência Social, concordando com a Ivonil, e esmiuçarmos isso daí. Se bem que acho que lá na frente o psicólogo tem que ter uma atenção específica. Mas de maneira prática acho que é por aí.

Eu reconheço mesmo, gente, um policial... Estamos falando aqui da outra ponta. Estou falando do policial. Estou falando do psicólogo lá na policlínica, com a gripe. Vai procurar um atendimento público lá!

É preciso olhar as nossas praças, as nossas ruas, ou seja, as escolas como estão. Infelizmente ainda os pais colocam seus filhos ali e os entregam como se estivessem entregando numa creche, a alguém para cuidar. Se ele não dá conta de cuidar de dois, três, o professor dará conta de cuidar de vinte e cinco, trinta, trinta e cinco da forma adequada? E aí vem toda uma complexidade das coisas!

Há a ausência nas escolas do Assistente Social, do Psicólogo e muitas das vezes em cima de argumento de recursos. Mas o prejuízo de não tê-los é muito maior na prática.

Pela fala da Ivonil quero lhe dizer o seguinte: depois de ter passado por uma série de experiências, se olharmos o arcabouço de leis, de promessas, de políticas, disso ou daquilo, sempre caímos no desânimo. Então, nós temos que fazer uma opção para a nossa vida. A opção é olhar para frente.

Tem uma fábula muito curta que diz o seguinte: depois da morte do rei da selva três leões disputavam qual deles seria o novo rei. E fez-se uma assembleia de toda a fauna e estabeleceu-se que aquele que alcançasse a montanha, uma determinada montanha mais rapidamente, seria o rei. E lá se foram os três leões nesse desafio. O primeiro foi até uma parte e voltou; o segundo foi até uma parte um pouco mais acima e voltou e o terceiro também não conseguiu. Ficou aquela dúvida: agora qual dos três vai governar a selva? Uma águia que sobrevoava mais perto disse: “eu sei qual”. Qual deles? “Aquele ali”. Por quê? “Porque ouvi o que os três disseram quando se deram por vencidos: ‘não consigo vou desistir’, disse um; ‘não tem jeito, essa montanha é muito alta, não consigo’, desistiu. Mas o outro disse: ‘montanha, montanha, você já está no seu tamanho máximo, eu ainda estou crescendo, ainda chego lá’.”

Então, temos que ter a determinação de continuar acreditando. Há algumas pessoas que se dão ao direito desistir, mas outras não podem desistir. Vocês não podem desistir. Certo! Continuemos firmes! E nem aqueles que querem ser solidários a vocês.

Dizer que estamos encaminhando para o encerramento da Audiência Pública porque senão vai ficando...

Peço que observemos o tempo da fala, que está bom, para conseguirmos concluir isso da melhor maneira possível.

Temos algumas inscrições. Imagino que sem as de todos que já se manifestaram. Então, não temos mais como receberem em razão de depois não termos como ofertar a palavra.

Registrar aqui um abraço ao Aguinaldo Garrido, que está em Nova Mutum, que foi meu parceiro meu. Foi não! É meu parceiro. Foi companheiro de trabalho e hoje somos amigos. Muito do que discutimos me serve hoje de maneira prática.

Com a palavra, o Deputado Wagner Ramos.

O SR. WAGNER RAMOS - Obrigado, Deputado Carlos Brito.

Cumprimento a todos desejando um bom-dia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

O assunto é muito interessante. Eu gostaria primeiramente de parabenizar todos que vieram a esta Audiência Pública para discutir essas ações.

Era necessário ouvirmos um pouco o Sr. Arleide Dias Pereira, que é Presidente da MT FOMENTO, sobre assuntos da MT FOMENTO e o que pode auxiliá-los nesse dia-a-dia no trabalho do dia-a-dia da assistente social.

Acompanho de perto, Deputado Carlos Brito, as ações nos municípios da região. Está aqui presente o Secretário de Assistente Social do Município de Tangará da Serra, Sr. Arielson; está aqui a Anita Perón; o pessoal de Nortelândia.

Gostaria de enfatizar aqui uma ação que é muito importante. Hoje estamos trabalhando muito essa possibilidade, esse assunto que, de certa forma, é novo para nós. Porque esse assunto veio por meio desta Audiência Pública, que é a votação da PEC. Confesso que realmente para mim é novo, mas que dever merecer uma atenção muito especial. Porque nós sabemos que hoje uma das grandes dificuldades é, sem dúvida nenhuma, os recursos financeiros para que essas Secretarias possam trabalhar, atendendo a nossa população.

Um dos principais problemas é que no Estado de Mato Grosso, de 141 municípios, vários municípios são oriundos de origem garimpeira; nós temos vários que são de origem canavieira.

Eu até gostaria de perguntar: Quais são os representantes de municípios, que estão aqui, que têm, por exemplo, o plantio da cana? Peço que levantem a mão. Um, dois, três, quatro, cinco, seis... São vários. E da região de garimpo? Onze.

Então, pessoal, só para que vocês possam fazer uma análise, hoje, com o Brasil melhorando a sua qualidade profissional, nós vamos perdendo muito também na mão-de-obra. E com isso vamos tendo também diversos tipos de problemas, como, por exemplo, o desemprego.

Hoje o desemprego tem causado muitos problemas nas vidas particulares das pessoas, e que gera um problema social que basicamente fica aí na responsabilidade da Assistência Social tentar fazer algum trabalho em conjunto com a Prefeitura, com o Governo, e às vezes até com o Governo Federal em relação à Bolsa Família, esse trabalho que a Assistente Social faz.

Então, poderia ter uma melhor remuneração, assim entendemos, para as Secretarias para que elas pudessem trabalhar inclusive com a alta complexidade.

Por exemplo, em Nortelândia, Deputado Carlos Brito, temos um grande índice de suicídio naquele município. E esta preocupação é muito intensa ali das nossas autoridades, porque as pessoas - falo isso porque fui garimpeiro durante dez anos da minha vida - tinham uma perspectiva de vida. Todos ali tinham muito dinheiro, porque ele era semanal. Toda semana, todo mundo tinha dinheiro; no sábado era cerveja, churrasco. As pessoas e as próprias autoridades não se atentaram que isso um dia iria acabar, e de repente ficou todo mundo desempregado, sem emprego; aquelas famílias sem renda; as pessoas indo embora do município, procurando locais melhores e causando bolsões de pobreza em diversas regiões. Então, hoje, nós temos esse problema lá.

Nós temos o problema de pessoas que trabalham na poda da cana que vieram, se instalaram, já estão residindo nesses municípios, e hoje com o sistema mecanizado de equipamentos acabou-se a mão-de-obra e, com isso, essas pessoas estão desempregadas, encontrando diversos tipos de problemas, trazendo problemas às Secretarias de Assistência Social e, obviamente, para as pessoas que estão trabalhando nesse processo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Então, temos que fortalecer o Estado. Eu acho que de alguma forma temos que fortalecer ainda mais nessa geração de emprego para que essas pessoas possam trabalhar, porque tudo é ligado a esse sistema da Assistência Social, a segurança pública...

Eu vi aqui um relatório da Janaína, se não me engano, falando que enquanto se investe pouco em Assistência Social, obviamente, futuramente, teremos que investir muito e muito, como é o caso da Secretaria de Segurança Pública, onde está havendo diversos tipos de investimentos para hoje coibir o sistema imediato.

Então, todas essas nossas preocupações vão ao encontro do desejo e da satisfação de cada um de vocês que estão trabalhando no dia-a-dia, visitando aquelas famílias, aquelas pessoas que precisam dessa atenção.

Então, acho que deveríamos formar uma mobilização. Eu não sei o dia da votação dessa PEC. Mas só para se ter ideia, os sem-terra... É amanhã? Então, realmente já é muito difícil.

Mas, por exemplo, os sem-terra quando querem algo, eles fazem uma mobilização, vai todo mundo, fecham porta de banco, fecham porta de Secretaria, de Instituto, de toda e qualquer situação e conseguem os seus benefícios.

Então, eu acho que a partir de agora, por meio dessa Frente Parlamentar, começaremos a nos organizar. E eu iria fazer justamente essa proposição de nomear algumas dessas pessoas que estão na plateia para que pudesse fazer parte também desses acompanhamentos, desses trabalhos, até porque vocês estão no dia a dia e surgem várias novidades durante as suas gestões. E aí informar aos Deputados para que nós possamos nos reunir frequentemente e tomarmos decisões para que possamos amenizar os problemas da nossa sociedade.

Então, muito obrigado a todos! Parabéns, Deputado Carlos Brito, pela Audiência Pública! Parabéns a todos vocês que vieram para cá discutir este assunto que é sem dúvida nenhuma da maior importância nacional. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Deputado Wagner Ramos.

Gostaria de sugerir que Vossa Excelência integrasse a Comissão Executiva da Frente, com esse ânimo todo aí de... Isso é bom!

Com a palavra, a Deputada Prof^a Vilma, da região de Rondonópolis.

A SR^a PROF^a VILMA - Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Deputado Carlos Brito, que está presidindo esta Audiência Pública; em nome do Deputado, cumprimentar a todos os componentes da mesa; em nome da Primeira-dama, Alessandra, cumprimentar a todas as nossas Secretárias, Assistentes Sociais que se fazem presentes e aqueles que realmente acompanham esta Audiência Pública, onde, nesta manhã, estamos debatendo o Sistema Único de Assistência Social.

Nós sabemos que cada município é uma realidade. Sabemos das dificuldades que muitas vezes encontram, como foi o relato sobre a questão de recursos principalmente para o desenvolvimento dos trabalhos ali no seu município. E o empenho que temos acompanhado também, inclusive na nossa cidade, está ali a nossa Primeira-dama, enfim, temos acompanhado as dificuldades para que não fique só para as nossas assistentes sociais, psicólogos, Secretárias, enfim, o Poder Público, mas buscando parceiros, porque hoje vivemos na base da parceria para tirar as nossas crianças da rua, que é o combate, o enfrentamento dessa questão das drogas, que foi tão bem elencado pela nossa companheira, que é um problema seriíssimo que tem assolado e desestruturado muito as nossas famílias e muitas vezes não sabemos o que fazer para resolver esse problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

Há também o enfrentamento da questão da violência contra a mulher e contra o idoso. São vários os problemas que enfrentamos, mas feito o seu trabalho.

Esta Audiência Pública, tenho certeza, principalmente com a criação da Frente, Deputado Carlos Brito, e quero parabenizá-lo pela criação dessa Frente Parlamentar, e a criação de Frentes na Defesa do Sistema Único de Assistência Social nas Câmaras Municipais, porque cada município tem a sua realidade e, com certeza, estarão ajudando e apoiando, porque estará no dia-a-dia acompanhando os nossos trabalhos no seu município.

Essa Frente Parlamentar é para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, para monitorar e estar também na execução da elaboração dos recursos que darão realmente assistência às secretárias nos nossos municípios.

Então, eu quero colocar, como Parlamentar, e não poderia deixar de falar, inclusive representando aqui as mulheres e o Estado de Mato Grosso, que sabemos das dificuldades com as quais nos deparamos, mas, com certeza, com o esforço de cada um - e prova disso foi esta Casa cheia pela manhã com a preocupação de estarmos aconchegando para que todos estivessem acomodados - nessa discussão tão importante, que realmente tem preocupado os municípios, o Estado, enfim, as três esferas, municipal, Estadual e também Federal.

Eu quero desejar um abraço a todos e me colocar à disposição na criação dessa Comissão, que estejamos, lógico, juntos, não só cobrando, mas para realmente dar uma força, procurando resolver os problemas do Sistema Único de Assistência Social do nosso Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavras da Deputada Prof^a Vilma.

Esse é um dos aspectos da Frente Parlamentar Estadual, a exemplo da Nacional, que mobiliza os Estados, também os Deputados - que cada qual tem a suas ligações nos municípios com prefeitos e vereadores - estimular, como disse a Deputada Prof^a Vilma, para que haja também essa iniciativa em nível municipal.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Exm^o Sr. Secretário-Adjunto de SETECS, José Rodrigues Rocha Júnior, e dizer que desde o início - quando cheguei nesta Assembleia Legislativa para esta suplência - eles nos procurou dizendo da importância dessa Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social. Então, quero dividir contigo essa iniciativa, assim como ouvir também da ex-Deputada Celcita Pinheiro.

Muito obrigado pelo apoio à organização desta audiência pública.

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JÚNIOR - Presidente Carlos Brito, quero agradecer e em seu nome dar um bom-dia a cada um de vocês que estão conosco e dizer que Vossa Excelência foi muito receptivo quando procurado pelo Governo do Estado, porque quando falo enquanto Secretário-Adjunto é em nome do Poder Executivo.

Quero dizer a todos que a nossa Secretária Terezinha Maggi está nos assistindo e não está conosco por motivos alheios a sua vontade pessoal.

Trago um forte abraço do nosso Governador Blairo Maggi e da nossa Exm^a Sr^a Secretária Terezinha Maggi a cada um de vocês.

Quero neste momento agradecer penhoradamente a cada um dos Deputados, ao Deputado Carlos Brito, autor desta audiência pública; Riva, Presidente desta Casa; Dilceu Dal Bosco; Alexandre Cesar; Nataniel de Jesus; Prof^a Vilma; Airton Português; Wagner Ramos, meu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

companheiro do PR; e Ademir Brunetto, que fizeram a assinatura da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social nesta data e dizer que ficou muito claro a cada um de nós a pluralidade partidária envolvida neste processo. Nós temos Deputados de vários partidos que aderiram em função de uma causa nobre e, independente da sua bandeira ou defesas de interesses - cada um tem sua ligação pessoal -, entenderam a importância de todos nós estarmos aqui hoje despidos das nossas vaidades pessoais, dos nossos interesses particulares e em prol de um projeto único, que é a instituição da política estadual de Assistência Social.

Sáimos de nossos lares, alguns há mais de mil quilômetros de Cuiabá, para estar neste momento conosco, então, quero agradecer a cada um de vocês.

Agradeço o meu colega de Governo, Presidente da MT Fomento, Sr. Arleide Dias Pereira, pela presença sua e de nossos companheiros da MT Fomento; a nossa querida Carla Alves de Freitas, Presidente do COGEMAS, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, de Nova Mutum; a Sr^a Alessandra, Presidente da PDM, que fez um evento semana passada - parabéns pela nova sede, pela associação -; o Sr. Abenildes, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; a Sr^a Lenil, que falou muito bem, com muita propriedade com relação a nossas missões futuras e a nossa realidade que estamos envolvidos dentro da Assistência Social; a Sr^a Janaina, Presidente do Conselho de Serviço Social; as senhoras e senhores; e principalmente e especialmente aos meus queridos colegas de trabalho, servidores da SETECS.

A Assistência Social, como política pública, desde a promulgação da Constituição de 1988, vem exercendo importante papel na promoção da inclusão social de milhões de brasileiros e a implantação do Sistema Único de Assistência Social é uma das principais conquistas alcançadas após a edição, em 1993, da Lei Orgânica de Assistência Social - a LOAS.

A SETECS procurou dar um novo *status* da Assistência Social dentro do Poder Executivo ao assumir uma responsabilidade de integrar de forma estruturada as políticas sociais de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

A oferta de um conjunto de Programas, Serviços, Projetos e Benefícios de Prestação Continuada e de transferência de renda com condicionalidades concretizam as funções da Assistência Social, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social: a proteção social, a vigilância social, a defesa social e institucional mostram que essas ações contribuíram com queda dos índices de pobreza e desigualdade no Brasil, principalmente em Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso recebe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Deputado Wagner Ramos - o Estado, não o Governo do Estado - quinhentos e setenta e sete milhões e sessenta centavos, investidos pelo Governo Federal em Mato Grosso na execução dos programas sociais dos cento e quarenta e um municípios do Estado, com atendimento de um milhão e cem mil pessoas dentro de Mato Grosso. Isso significa que mais de um terço da nossa população é usuária da Assistência Social com ação de transferência de renda, com ação de Assistência Social e ação de segurança alimentar.

Aí, especificamente, com relação ao Programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do país, que está servindo de exemplo para outros países no mundo, transfere por mês onze milhões e trezentos mil reais para mais de cento e quarenta mil famílias mato-grossenses.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, atente mais de dezessete mil e seiscentas crianças.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

O ProJovem Adolescente, mais de quatro mil e oitocentos jovens no nosso Estado.

O Programa de Atenção Integral à Família-PAIF, possui oitenta e quatro Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, oferecem atendimento psicológico e de Assistência Social para mais de cento e noventa e uma pessoas.

O Benefício de Prestação Continuada-BPC, aquele pago pelo INSS, atende no Estado a mais de trinta e sete mil idosos e trinta e cinco mil pessoas com deficiência.

O serviço de enfrentamento a violência, abusos e exploração sexual, que é realizado dentro Centros de Referência da Assistência Social, oferece atendimento psicológico, pedagógico, jurídico e Assistência Social para mais de duas mil crianças e adolescentes, famílias e indivíduos em situação de direitos violados.

Temos as medidas socioeducativa em meio aberto, liberdade assistida e os serviços prestados a comunidade, serviços ofertados para mais de trezentos e sessenta adolescentes.

Serviços específicos de convivência e fortalecimento de vínculos às crianças, idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua.

A despeito do forte impacto positivo causado por esses atendimentos nos programas sociais, faz-se necessário que o Estado assuma importante posição na definição da política estadual de Assistência Social, que é o que buscamos aqui hoje.

Esses dados que repassei a vocês, essas informações sobre os trabalhos e atividades que estão sendo desenvolvidas hoje no Estado de Mato Grosso, por si só demonstram que nem o Governo do Estado, nem os municípios estão brincando de fazer Assistência Social aqui em Mato Grosso.

Nesse sentido a SETECS está poupando a união de toda sociedade na construção dessa política de acordo com as demandas e especificidades deste Estado. Neste momento, conclamo a todos para mobilização e defesa do Projeto de Lei nº 3077, que regulamenta por “Força de Lei” o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, que hoje é oriundo de uma resolução do Conselho Nacional de Assistência Social que está tramitando no Congresso, que amanhã, dia 19 de agosto, às 09:00 horas, estará na Ordem do Dia para votação na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados dos Deputados Federais.

Gestores e gestoras, técnicos, conselheiros, demais trabalhadores da Assistência Social aqui presentes, temos procurado, por meio dos monitoramentos, das capacitações, das orientações, do apoio técnico aos cento e quarenta e um municípios deste Estado, primar pelo aprimoramento da gestão e da Política de Assistência Social.

Todavia, há necessidade por parte dos municípios, assim como do Governo do Estado de comprometimento para com esses processos. Acredito, sim, que a médio prazo vamos comemorar o fato de todas as famílias poderem garantir direitos para suas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Isso não é responsabilidade somente da Assistência Social, mas também das demais políticas públicas. Queremos e vamos participar desse pacto pelo direito à vida, alimentação, trabalho, emprego, saúde, Assistência Social, educação, esporte e lazer.

A minha sugestão, Deputado Carlos Brito, é que essa Frente Parlamentar crie uma Câmara Técnica para discutir essa política estadual e elaborar uma proposta a ser apresentada pelos Deputados, assinada conjuntamente como projeto de lei. Essa Câmara Técnica, na nossa contribuição, do Governo do Estado, deveria ser formada pelo Governo do Estado, pelos Conselhos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

de Direitos, nós temos vários vinculados à SETECs e todos eles com relação direta com a política estadual de assistência, com participação muito importante dos municípios, que são os executores da política nacional, com representação da Assembleia Legislativa ou por meio dos Parlamentares ou de seus assessores, dos Conselhos de classe dos representantes das assistentes sociais, psicólogos, advogados, sociólogos, enfim, de todos os profissionais que têm relação direta com essa política e representação dos nossos usuários também.

Quero, mais uma vez parabenizar Vossa Excelência pela instituição da Frente Parlamentar, tenho certeza que o SUAS é a maior contribuição que o Governo Federal vai deixar nessa administração do Presidente Lula e se tornará perene depois da aprovação da legislação e a sua sanção pelo Presidente e quero crer que a nossa política estadual de Assistência Social, formulada com a participação de representantes dos Conselhos da Criança, da Assistência Social, do Idoso, do Deficiente, da Mulher, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Segurança Alimentar, todos esses vinculados à SETECs, certamente fará com que tenhamos um novo horizonte e possamos fazer com que mais pessoas possam ser emancipadas e que consigam a sua autonomia, que é o que se busca por meio dessa política estadual.

Muito obrigado, bom-dia. Deus abençoe todos. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavras do Secretário-Adjunto José Rodrigues, extensivo os agradecimentos a Dona Terezinha Maggi, que por razões de ordem pessoal não pode estar presente, mas o José Rodrigues tem acompanhado de perto toda essa dinâmica da Assistência Social até pela função da Secretaria-Adjunta que ocupa e nós percebemos que Estado, Municípios e o próprio Governo Federal tem feito muito, só que às vezes esse muito ainda assim não é o suficiente e pode ser melhor explorado no sentido de otimização de recursos, de dinamicidade. Daí os Conselhos Municipais para os gestores municipais terem uma importância ímpar, por serem chamados para dentro do processo de maneira mais efetiva.

E deixar muito claro o papel de cada um: do Governo Federal, do Governo do Estado, dos municípios. Eu próprio, ao propor a Frente, tomei algumas providências. Fizemos uma solicitação de que a SETECs nos informasse quais as entidades, por exemplo, que haviam recebido recursos, para quais finalidades e quais os relatórios de resultados. E muitas coisas vão se explicando. Na questão da transferência de recursos, a quem cabe a atribuição? Ou a questão do cofinanciamento.

Alguns já questionavam: “Ah, mas Vossa Excelência não é Deputado de oposição?” Eu falava: Esse é o tipo de assunto para o qual não tem oposição e situação. A Assistência Social tem que estar acima dessas diferenças, dessas divergências político-partidárias. Portanto, Deputado de oposição ou situação não cabe a esse assunto.

E de outra forma, a população precisa compreender melhor, porque é um monte de siglas, um monte de denominações. Se para quem está no meio, como nós políticos, se torna meio confuso em algumas circunstâncias, imaginem para o cidadão. “Onde eu vou? Que porta eu procuro? Então temos que, de alguma forma, achar uma dialética que dê mais acessibilidade às pessoas de buscar os canais que devem se dirigir nas suas necessidades.

E com esse nome, Sr. José Rodrigues, de Câmara Temática, Câmara Técnica, Grupo de Suporte, a ideia é a mesma: ter esse grupo, que realmente é fundamental para o sucesso do trabalho da Frente, pelas razões que já expus de ordem prática e pela necessidade técnica. Não temos aqui na Assembleia Legislativa suporte adequado para tocar essa proposição, e ela veio por

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

solicitação de muitas das entidades que estão aqui participando. Foi por meio da SETECS que nos chegou isso.

Dizer que esta Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Assembleia Legislativa, que alcança aí dezenas de municípios no Estado e tem uma audiência - ao contrário do que se possa imaginar - bastante alta. Então, ela democratiza as informações que estão aqui, pluraliza o seu alcance. Também, as taquígrafas da Assembleia Legislativa, competente equipe nossa, estão registrando. Tanto está sendo gravado o que está sendo dito aqui, como depois isso será transcrito e gerará uma Ata. Desta Ata poderemos compilar as informações que possam fazer o fechamento prático desta Audiência Pública. Muitas vezes, podem falar: "Ah, não está anotando." Ao contrário, temos uma equipe competantíssima que está fazendo este trabalho de suporte à audiência pública.

Quero registrar aqui um comunicado da Diretora Geral do CRIDAC - Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa, Sr^a Lúcia Maria de Campos Provenzano, justificando a sua ausência por se encontrar no interior, Santa Cruz do Xingu. Mas está representada aqui pela Assistente Social, Sr^a Sílvia Sena de Assis. E procuramos convidar a Secretaria de Saúde, porque é outro foco. Há muito a presença de pessoas do Sistema Judiciário e da Segurança, mas, se formos olhar nas diversas esferas de acesso, a Assistência Social está, assim como a psicologia, intermediando tudo isso.

(PARTICIPANTES FAZEM COMENTÁRIOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Não! Agora estou ligado (RISOS)! E vejo assim que vamos encontrar outros campos profissionais que sejam melhor aproveitados pelo Estado. Deixar de serem vistos como despesa e serem compreendidos como investimento, otimização (PALMAS).

Bom! Vamos seguir aí pessoal, alertando para o tempo, porque o relógio biológico já deve estar...

Com a palavra, o Sr. Edésio Francisco de Paula, do Conselho Municipal de Saúde.

O SR. EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA - Meu nome é Edésio Francisco de Paula, mas sou conhecido como Flecha, Presidente da Associação dos moradores do Residencial 08 de Março, bairro das mulheres lá em Várzea Grande, porque o dia 08 de março é o Dia Internacional das Mulheres.

A minha participação nesta grande oportunidade de discutir aqui sobre o SUAS... Assim como o SUAS, temos também o Sistema Único de Saúde-SUS que ambos se complementam. Estive participando no dia 12 agora, lá em Brasília, de uma manifestação em prol da PEC da Saúde, em prol da aprovação da Emenda Constitucional nº 285 e também da Lei nº 11.445/07, que é da Lei do Saneamento Básico. O Governo e a nossa Bancada lá, os nossos Deputados Federais e os nossos Senadores têm de estar antenados com os movimentos comunitários e com a população, que precisa, cada vez mais, de uma atenção do Governo. O Governo Federal quer abaixar, cada vez mais, o vencimento na habitação e sabendo que a habitação é um problema sério que envolve o Estado e o município, porque é Assistência Social.

Em Várzea Grande, o segundo maior município de Mato Grosso, nós temos problema sério com habitação. O nosso Secretário aqui presente, o Vereador Miltinho, sabe muito bem disso que nós estamos falando. Assim como em Várzea Grande, os outros municípios distantes daqui também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Para termos noção da grandiosidade do nosso Estado, é só viajar. Nós temos uma grande demanda de terra que precisa ser ocupada com habitação, no entanto vemos a população precisando de habitação, morando embaixo de pontes e outras coisas assim.

O que eu quero cobrar aqui da nossa Bancada Mato-grossense, é que realmente cobre dos nossos representantes em Brasília, que façam esse movimento, que não é só interesse meu. A população conta com os senhores, conta com todo mundo aqui, porque nós somos os representantes.

Em nome do Movimento Comunitário da UNIVAB, eu quero também dizer o seguinte: dos duzentos e poucos bairros lá em Várzea Grande, apenas cento quarenta dois bairros estão registrados lá, todos eles precisam da Assistente Social. E o primeiro soldado da Assistência Social que eles podem contar, é o Presidente Comunitário, é o Presidente de Bairro, que é ele que leva ao Assistente Social os problemas que a comunidade enfrenta. E nós mesmos não somos assistidos.

Este Presidente que vos fala aqui, infelizmente, recebeu um telefonema agora dizendo que cortaram a luz da sua residência por falta de pagamento. Parece brincadeira, mas, infelizmente, paguei uma conta e ficaram três para depois.

Eu quero também aproveitar para agradecer o Gauchinho pelo sacolão que o senhor me mandou lá. Eu estava passando fome. O Presidente de bairro de Várzea Grande estava passando fome, mas graças a Deus o senhor me atendeu com um sacolão.

Se o Presidente de Bairro está nessa situação, imagine os outros moradores que não têm essa oportunidade, como é que se encontram?

Então, meus amigos, eu quero, em nome de todos os moradores de Várzea Grande, de Cuiabá e daqueles que não tiveram a oportunidade de estar aqui presente, dizer o seguinte: que dêem uma ajuda não ao Presidente de Bairro, mas ao povo mais carente.

No final de ano, a Dona Terezinha Maggi, a Primeira-dama, sempre nos dá presente. Trinta sacolões lá para o Bairro, onde todo mundo fica brigando pelos sacolões. Mas nós não queremos trinta sacolões. Nós queremos que a Assistente Social dê aos Bairros mais carentes, oportunidade de trabalho, capacitação para que esses cidadãos possam trabalhar e ter a sua própria renda. Chega de dar peixe. Ensina o cidadão a pescar e pegar os seus peixes. Isso não é Assistência Social, é assistencialismo.

Nós queremos que o Estado cada vez mais, como ele está fazendo agora, capacite os moradores, dando cursos. Inclusive aos ex-detentos, porque quando eles saem do presídio, eles são discriminados e não têm oportunidade de trabalhar, e voltam ao mundo do crime.

Eu tive a oportunidade de apresentar uma sugestão ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, e só faltei apanhar. Porque sugeri que essas crianças que estão cumprindo o regime disciplinar, que estão ali amontoadas, jogadas feito um monte de lixo, que elas fossem capacitadas para uma profissão; e pegando aqueles cidadãos, os presos que estão assistidos, presos de bom comportamento, que tem uma profissão, ensinem a essas crianças e estaremos fazendo duas coisas ao mesmo tempo: reintegrando o preso à sociedade, que está no presídio lá; e ensinando essas crianças, que estão hoje cumprindo ações disciplinares, a terem uma profissão, que seja curso de mecânica, curso de alguma coisa... O Estado pode fazer isso, mas ele não faz não sei por quê. Mas a Conselheira lá falou que ele podia misturar o menor infrator com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

bandido!. Mas, cidadão, ele já pagou a pena e quer volta para a sociedade; ele quer mostrar seu serviço para a sociedade. Como que ele vai ser reintegrado, se a própria sociedade o discrimina?

Estou falando com conhecimento de causa. Eu também já fui preso, paguei pelo meu crime e estou aqui, hoje, falando com os senhores e com as senhoras de cabeça erguida. Porque estou sendo voluntário, envolvido no movimento, fazendo todos os trabalhos como voluntário. Por isso que estou passando necessidade, porque deixe de trabalhar para minha família, para sustentar a minha família, para estar aqui trabalhando de voluntário.

Eu quero que Vossa Excelência tome consciência, porque não é só dinheiro que faz o homem crescer, mas as suas ações. As suas ações. Enquanto estamos aqui discutindo, tem pessoa lá morrendo de fome, tem crianças morrendo na fila do pronto-socorro, porque não foi atendido. Tem senhores precisando de atendimento, tem idoso lá no PSF, porque não tem dinheiro para comprar remédio. Enquanto isso, nós estamos discutindo uma coisa que é interesse de todos. Vamos acordar! Vamos falar menos e agir mais.

Muito obrigado e tenham uma boa a tarde os senhores aí. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavra do Flecha, e no conteúdo, nós podemos perceber muito de veracidade no sentido de pensamento da comunidade lá na ponta. É isso aí, as pessoa não compreendem toda uma situação. A gente... É isso aí.

Gostaria de convidar a professora Delma Rosa, da UFMT.

Nós temos ainda mais dois inscritos e concluiremos a Audiência Pública... Um minutinho, Delma, por favor... Eu abuso dos amigos aqui, não é?

O José Rodrigues pede para lembrar que será realizada, no período da tarde, a reunião da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, a partir das 14:00 horas, neste mesmo Auditório, Assembleia Legislativa.

Com a palavra, a Sr^a Delma.

A SR^a DELMA ROSA - Bom-dia a todos e a todas!

Primeiramente, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Carlos Brito, pessoa que nós conhecemos de longas datas, das lutas realmente de bairros, na luta, inclusive, pela questão habitacional.

E dizer que o que é mais importante, que me fez trazer o testemunho, é que como as pessoas e tantas outras que participaram do movimento para implantação da LOAS do Estado de Mato Grosso, à época junto à LBA, a equipe da LBA, e hoje em outros espaços e também os aposentados, junto com PROSOL, à época estava à frente a assistente social Loedil.

E nós tivemos que utilizar algumas estratégias na época, porque em 93, quando foi aprovada a LOAS, 94, 95, iniciou todo processo de estudo, de compreensão do que seria, como deveria ser o processo de encaminhamento e encontramos muita dificuldades, onde sentimos que havia pouca credibilidade na possibilidade de uma política de assistente social realmente acontecer.

A cultura da Assistência Social, da forma como ela foi colocada historicamente no mundo e no Brasil, levou com que as pessoas... Quando eu falo pessoas, inclusive nós da categoria de assistências sociais, porque até aquele momento sabíamos que a discussão passava pela figura leiga da Primeira-dama, dos leigos filantrópicos que faziam assistência por meio das suas instituições, o do profissional do serviço social.

Hoje nós temos um avanço de que já contamos com política de recursos humanos na área de Assistência Social. Portanto, assistente social, psicólogo e também pedagogos, Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Nós estamos também agora com equipe em alguns municípios contando, inclusive, com advogados na área. E têm alguns lugares também com sociólogos. Isso eu acredito que é uma possibilidade de avanço e acreditar na equipe interdisciplinar para se fazer política pública.

Mas, voltando, quero agradecer muitíssimo à adesão dos demais Deputados, porque, à época, nós usamos de estratégia, onde, antes de se votar a Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS na Assembleia Legislativa e na Capital, Cuiabá, foi usada uma estratégia pelo grupo da época que vinha discutindo de fazer a votação dos conselheiros, primeiro se votou os conselheiros, quem eram os conselheiros da Assistência Social. Na época nós tínhamos o movimento nacional de meninos e meninas de rua que deu uma grande contribuição. Quer dizer, votados os conselheiros é que nós conseguimos que a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores colocassem à disposição a parte jurídica, a partir de um modelo vindo de Brasília, nós pensamos num rascunho com toda uma equipe de rascunhar a lei, e, aí sim é que houve então a eleição propriamente dita da lei na Assembleia Legislativa. Quer dizer, houve uma questão inversa como de uma pressão, porque a assistente social foi no sentido de descrédito mesmo de: vamos deixar como, para vermos como é que fica.

Então, nós queremos agradecer. E dizer o seguinte: Que sabemos que a própria PEC, amanhã, não é a resolução da questão da assistente social. E que nós não podemos perder de vista e acreditar que a LOAS veio para resolver os problemas dos direitos. Não é. O SUAS também não veio para isso, embora existam alguns artigos que façam essa menção, de alguns teóricos que dizem, ou alguns gestores: “Agora com o SUAS...” Não é assim. Eu vejo que nós precisamos atentar para algumas questões básicas. Primeiro, se não tiver o envolvimento político daqueles que definam, que clareiam a questão orçamentária que, no caso aqui com essa Frente Parlamentar, que a primeira grande atitude não se faz assistência de forma de direito sem dinheiro, sem recurso.

Segundo aspecto, nós precisamos atentar, a partir dessa Frente Parlamentar, criada a Câmara ou criado o núcleo, que os profissionais que venham representar junto a essa Frente Parlamentar a defesa da Assistência Social, que ela tenha um planejamento no sentido de dizer o que as entidades, o que os usuários, o que se quer realmente enquanto prioritário para ser defendido por esta Frente de Defesa da Assistente Social. Acho que esse é o primeiro caminho.

E o último aspecto a ser colocado é que a partir então dessa Frente Parlamentar e dessa Câmara Técnica, que se possa pensar um pouco, discutir mais, por que veio a desestadualização? E por que está acontecendo à chamada territorialidade? Por que estamos territorializando? Porque tem regional no Pedra 90, tem regional do Planalto? É preciso que possamos começar a decodificar e a razão que tem desta busca, da questão da urbanização que faz parte de uma política, inclusive de uma reestruturação a partir do Estatuto das Cidades. Nós temos que ter uma relação direta e entender isso e acima de tudo perceber que também não adianta existir um Plano Estratégico em nível dos municípios na Secretaria de Assistência Social se ela não for pensada de forma que quando chegar à sua territorialidade, na hora em que chegar lá, os profissionais da assistência, da saúde e da educação, se conseguirmos que essas três políticas se organizem, deem uma direção estratégica para um conjunto de ações integradas nas regionais, nessa territorialidade, com certeza, poderemos acreditar que na Assistência Social haverá avanço. Por quê? Não se avança em Assistência Social por si só. Avança-se com políticas públicas. Eu coloco a Assistência Social como uma grande ponte para fazer inclusão, mas em todos os aspectos e não só no aspecto do trabalho. Não adianta pensar só em inserir no trabalho quando, muitas vezes, existe o desemprego. É

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

preciso incluir para fazer cidadania. Porque a partir da cidadania vem qualidade política. A qualidade política supera a pobreza política. E conseqüentemente os usuários deverão ser os protagonistas dessa história e conosco, essa Frente Parlamentar e todos: gestores e profissionais, com certeza, poderemos chegar a algum lugar.

Mas é preciso muita discussão para que haja ação. Não é somente a questão do blablablá. Eu acho que quem não pensa não reflete; quem não reflete não age e a ação tem que ser coerente e responsável. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço as palavras da professora Delma.

Com certeza, serão incorporadas nos registros da Audiência Pública.

Com a palavra, o Sr. Arlindo de Arruda Silva Filho, Presidente do Conselho Regional de Psicologia.

O SR. ARLINDO DE ARRUDA SILVA FILHO - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Carlos Brito, a mesa; o Dr. José Rodrigues e todos os gestores da Assistência Social.

Como Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia, 14ª região, estou representando a nossa Vice-Presidente que não pode se fazer presente, a Conselheira Marisa Helena Batista.

Mas citada várias vezes a psicologia temos que refletir. Quando se fala em políticas públicas ou em Assistência Social não dá para falar apenas de uma classe de profissional. É uma rede que tem que ser integrada para que possa, de fato, ter uma eficácia na aplicação dos recursos da Assistência Social.

O sistema Conselho de Psicologia está, aproximadamente, com cento e sessenta mil profissionais em todo o Brasil. Estamos inseridos em todos os outros Conselhos. Para quê? Para discutir. Sabemos que a sociedade, de modo geral, está sofrendo transformações e quanto a isso é preciso refletir porque onde falta pensamento, falta ação eficaz. Haja vista, com a modernidade podemos perceber que foram destituídos, muitas vezes, os poderes dos pais. Tiraram essa autoridade. O que está acontecendo no momento? O Estado está intervindo, impondo lei de recolher para os menores nos municípios, porque está faltando discussão em casa. Como disse o Deputado Carlos Brito: a televisão, a *internet*, está ocupando espaço nos quartos dos adolescentes, então, não tem a reunião familiar e desagrega. O que acontecerá? A Assistência Social e a segurança terão problemas. Enquanto Conselho de classe, inserido nas políticas públicas em todo Brasil, estamos puxando a discussão para que possamos refletir enquanto sociedade moderna.

Está havendo a Conferência Nacional da Democratização da Comunicação e ela foi puxada pela psicologia. Para quê? Para refletirmos o que estão fazendo com os nossos jovens.

Os meios de comunicação utilizam crianças para atingir os pais. No *marketing* utilizam o corpo da mulher para a venda de produtos. Então, tudo isso estamos colocando para ver como podemos criar uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

Precisamos refletir enquanto trabalhar em rede. Estamos inseridos nessas políticas públicas não para efeito de garantia de espaço, de empregabilidade, mas para fazer a diferença e mudar o quadro que aí está.

Deixo aqui meu agradecimento. Parabéns ao Deputado pela discussão, pela Audiência Pública (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Sr. Arlindo de Arruda e Silva Filho.

Acho que a questão é essa: estreitar a psicologia com a Assistência Social na discussão da Frente Parlamentar. Com isso, todos nós vamos ganhar!

Antes da última fala desta audiência pública, que será do Presidente da MT Fomento, Sr. Arcleidy Dias Pereira, gostaria de ceder o espaço que a Sr^a Lenil da Costa Figueiredo me solicitou para fazer a entrega de um documento.

Com a palavra a Sr^a Lenil da Costa Figueiredo.

A SR^a LENIL DA COSTA FIGUEIREDO - Só para registrar que nós, do Conselho, pela Comissão de Orçamento e Financiamento, realizamos um estudo sobre o financiamento da Assistência Social nos anos de 2008 e 2009, que queremos entregar à Frente Parlamentar, com a intenção de, quando os Deputados votarem o Orçamento, colocar uma questão que levantamos.

Seria interessante ressaltar o art. 204, da Constituição Federal que dispõe sobre a Assistência Social e apresenta o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.”

Portanto, esse seria um importante componente para aplicação do orçamento da Assistência Social, tendo como referência a receita tributária líquida de 2009, que foi estimada em três bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, cento e vinte e nove mil reais. O montante que hipoteticamente seria destinado às ações socioassistenciais deveriam ser de dezoito milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais.

Portanto, Sr. Deputado, repassarei esse trabalho feito pelo Conselho Estadual ...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Quanto é destinado hoje?

A SR^a LENIL DA COSTA FIGUEIREDO - ...na Assistência Social.

Porque nós, a Secretaria, as SETECS, somos o “s” lá do final que temos o FEAS, o Fundo Estadual da Assistência Social, que cofinancia três milhões... Eu tenho o valor.

De todo esse estudo aqui, o que foi repassado em 2008; o que foi repassado em 2009. Está aqui: o valor orçado é de três milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais à Assistência Social. Isso em 2009, no exercício de 2009.

Então, fizemos todo o levantamento dos investimentos na Assistência Social da Fonte 100, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social, que tem o nosso Secretário como ordenador de despesas do Fundo. E o Conselho Estadual de Assistência Social está acompanhando todos os investimentos na área da assistência.

Como teremos logo a discussão do Orçamento, gostaríamos que Vossa Excelência, enquanto nosso representante maior na Frente Parlamentar fizesse esse estudo e verificasse se há possibilidade da inclusão desse aumento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

No ano passado começamos um trabalho, fizemos um trabalho aqui na Assembleia Legislativa. Trouxemos a todos os Deputados informações sobre a política da Assistência Social. Trouxemos a NOB - Norma Operacional Básica, a política de assistência; a NOB-RH, Recursos Humanos na Assistência. Enfim, todos os materiais que tínhamos em relação à assistência para que todos pudessem conhecer a Política de Assistência Social.

Solicitamos também no ano passado uma suplementação orçamentária. Esse não foi um trabalho isolado do Conselho. A própria Secretaria Adjunta/SETECS também fez a tentativa de aumentar esse orçamento, mas infelizmente o que conseguimos diante da crise foi manter o valor que já era três milhões para ser pactuado e repassado aos nossos municípios.

Então, como será votado o Orçamento, gostaríamos que apreciassem essa possibilidade de termos esse orçamento ampliado, baseado numa legislação que já existe, a Constituição Federal, para defender a ampliação do orçamento para a Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado.

Esse é outro exemplo prático do que esse trabalho conjunto pode nos ofertar, já economizou tempo de ficar procurando. Nós já sabemos o lastro aqui, onde buscar. Muito obrigado, Lenil! Será de muita utilidade.

Eu pedi que o Arcleide fizesse uso da palavra em razão da MT FOMENTO ser uma ferramenta bastante interessante. É nova, relativamente, sob o aspecto histórico.

Nós aprovamos aqui recentemente uma proposta do Executivo do microcrédito, por exemplo, e queremos que o Arcleide nos fale um pouquinho da MT FOMENTO como contribuição aos municípios.

O SR. ARCLEIDE DIAS PEREIRA - Deputado Carlos Brito, nossos cumprimentos; em seu nome, cumprimento toda Mesa; em nome do colega José Rodrigues, cumprimentar a Secretária Terezinha Maggi e toda a sua equipe, essa parceria importante que tem com a Agência de Fomento na geração de emprego e renda; senhoras e senhores; meus colegas da MT FOMENTO.

A Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso é a instituição financeira do Estado de Mato Grosso conhecida como MT FOMENTO. É o braço que desenvolvemos uma parceria muito social dentro do Estado de Mato Grosso, mas é um social com sustentabilidade econômica financeira.

Os recursos da Agência de Fomento são aplicados em projetos, em pequenos projetos, os microcréditos. Nós sempre visamos que na liberação desses recursos tem que estar agregado a geração de emprego e renda. Essa é uma orientação de Governo do Estado, do nosso Governador, para que com esse recurso possamos multiplicar a geração de emprego e renda.

Nós temos um projeto desenvolvido na região de Reserva do Cabaçal, denominado Casulo Mulher. São vinte e nove mulheres que não tinham empregos, não tinham renda, e foi feita uma parceria para que pudesse retirar essas mulheres dessa situação e colocar na mão delas uma ferramenta de produção e geração de emprego e renda.

Fez-se uma parceria com a Prefeitura Municipal de Reserva de Cabaçal, com o INCRA, a Granja Marques e a EMPAER.

Ressalto aqui a importância que a EMPAER tem em nos auxiliar nesses projetos. Ela tem participação em todos os municípios do Estado. E essas vinte e nove mulheres hoje têm emprego, renda, empregam seus filhos e o seu marido, reconstituiu o núcleo familiar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Esse projeto que começou com vinte e nove mulheres, nós estamos dentro da Agência de Fomento já fazendo uma reavaliação pela dimensão desses projetos, porque agora necessitam de ampliação. Nós vamos para cinquenta projetos na região.

Essas mulheres colocam no mercado, a cada quarenta dias, dez mil frangos que são abatidos pela Granja Marques, que abate vinte mil frangos por dia, e 40% dessa produção estão aqui no trabalho dessas senhoras. Esses frangos são consumidos aqui no mercado interno.

Nós temos os nossos projetos do microcrédito. Dentro desse mapa, estamos reproduzindo várias regiões que receberam o microcrédito no Estado de Mato Grosso.

Aqui nós temos o Projeto Casulo, esse que eu acabei de falar, desenvolvido em Reserva do Cabaçal e em Nova Marilândia.

Nós temos aqui em Juara uma cooperativa com sessenta e nove senhoras para quem foram financiadas vinte e três máquinas de costura, e hoje já se pensa na ampliação desse projeto.

Logo aqui, bem aqui pertinho, os senhores e senhoras depararão com aquelas barraquinhas de lanche que carinhosamente chamamos de *shopping* da alimentação. São projetos financiados pela Agência de Fomento em parceria com a SETEC, com a Secretaria de Administração nesses projetos.

Nós temos projetos em Jaciara, Dom Aquino, Primavera do Leste, Rondonópolis, Cuiabá, Sorriso e Matupá.

A Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso, dentro do sistema de Agência de Fomento é a única que opera o microcrédito diretamente com o cidadão. As outras Agências de Fomento praticamente usam outras empresas para que essas operações sejam realizadas.

Nós aplicamos o microcrédito diretamente com o cidadão. Nós criamos o Fundo de Desenvolvimento Municipal. Por que isso? Nós, como Agência de Fomento, somos submetidos a toda Legislação do Banco Central do Brasil. Como o Banco do Brasil ou qualquer Banco, a mesma Legislação se aplica às Agências de Fomento. Nós, inclusive estamos com uma equipe do Banco Central dentro da Agência de Fomento procedendo a uma fiscalização de rotina.

Por que criamos o Fundo?

Nós encaminhamos esse Fundo aqui para todos os municípios do Estado de Mato Grosso. Para todos! Cento e quarenta e um municípios têm conhecimento desse Fundo aqui. Muitos nos deram respostas aprovando leis nas Câmaras Municipais; criando sua equipe técnica e mandando seus funcionários para treinamento na Agência de Fomento.

Por que esse Fundo, senhores? Eu disse que a nossa Agência é a única que opera diretamente com o cidadão aqui dentro do Estado de Mato Grosso.

O nosso território é imenso! Precisamos de parcerias, com as Prefeituras, porque a nossa estrutura física é pequena. E no município é conhecemos a necessidade do cidadão; que conhecemos a dotação econômica do local.

Não adianta, nós da MT Fomento, criarmos normas aqui; linhas de créditos; diretrizes para aplicar dentro dos municípios. Quem conhece a realidade dos municípios são os senhores, são as senhoras. Então, estamos fazendo um processo inverso, estamos indo até os municípios levantando a necessidade econômica e trazendo para dentro da Agência de Fomento e criando as linhas de créditos de acordo com a necessidade de cada município. E os municípios têm nos dado uma resposta, não da forma como gostaríamos. Mas alguns municípios têm respondido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Estive recentemente em um município, e chegando perguntei ao Prefeito: Prefeito, Vossa Excelência recebeu o Projeto do Fundo de Desenvolvimento Municipal? “Não! Não recebi”. De lá liguei para a minha colega, que está aqui, e perguntei: Gostaria de saber por que o Município tal não recebeu. Ela me passou a informação: O município recebeu. Quem recebeu foi fulano de tal. Prefeito, quem recebeu o Projeto foi fulano de tal". É a senhora que cuida da limpeza do prédio.

Um documento de tamanha importância na geração de emprego e renda, uma Prefeitura pequena e o documento não chegou às mãos do Prefeito, com nome e endereço. Então, isso nos preocupa! Porque às vezes queremos atingir essa população carente; essa população que necessita de recursos para gerar o seu emprego e renda.

Então, essa parceria com o Município é muito importante para nós. Ela é necessária para a Agência de Fomento. Porque é o Município que conhece a necessidade; onde que não está gerando emprego; porque não está gerando emprego; e o que precisa para gerar emprego. Nós somos o braço financeiro.

Faremos uma assistência com sustentabilidade. A Prefeitura precisa acompanhar esses projetos; o recurso não pode ser liberado e esquecido! Esse cidadão precisa de acompanhamento, até porque alguns projetos precisam desse acompanhamento. Porque por uma razão qualquer, por um motivo, não dá certo. Então, necessita de ter esse acompanhamento. E precisamos disso até para poder avaliar essas políticas.

Então, pedimos aos senhores e senhoras... A Agência de Fomento está pronta... É uma determinação de Governo aplicar esses recursos na geração de emprego e renda. Se naquele empreendimento não gerar um emprego e renda, mas esse recurso contribui com a manutenção do emprego, para nós já é um grande ganho. Então, é por isso que queremos a participação dos senhores e das senhoras e colocar a Agência de Fomento e toda a nossa equipe à disposição. É uma equipe pequena, mas que tem a maior boa vontade em contribuir com a geração de emprego, renda do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço a fala do Sr. Arcleide.

Gostaria de dizer a cada um dos senhores, especialmente aos que vieram dos municípios mais distantes, também aqui da Capital, das várias instituições, obrigado!

Sabemos que o tempo é corrido. Foram duas horas, mas, com certeza, duas horas bem investidas, quero crer. Temos que fazer isto valer à pena.

Então, fico muito satisfeito com o conjunto de Deputados que durante a manhã passaram por aqui, porque audiências públicas têm muitas, mas poucas têm essa capacidade de sensibilização dentro da Casa. Então, para a Frente, ela começa muito bem na opinião política aqui na Casa, porque são Parlamentares, a grande maioria, componentes de Comissões Permanentes onde os orçamentos tramitam, a LDO, então, têm vários ganhos implícitos subliminares dentro do que aconteceu aqui hoje e, mais do que nunca, tudo aquilo de subsídio que puderem encaminhar para o funcionamento da Frente a vantagem será maior.

Agradeço a presença de cada um de vocês que compõem a Mesa.

Em nome da Deputada Profª Vilma, agradeço todos os colegas Deputados que por aqui passaram, que aderiram, e vamos continuar buscando a adesão de outros.

Agradeço todos os pronunciamentos e ensinamentos que pudemos captar aqui e, acima de tudo, agradeço ao Nosso Senhor Jesus Cristo, por ter nos permitido esta oportunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A POLÍTICA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS) - CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00
HORAS.

Muito obrigado a todos. Bom apetite, retornando aqui as 14:00 horas.
Um abraço (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Suely Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.